UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LETÍCIA BEZERRA DE LIMA

A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA À DISTÂNCIA

Rio de Janeiro

2013

LETÍCIA BEZERRA DE LIMA

A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA À DISTÂNCIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof Dr. Roberto Leher

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

RIO DE JANEIRO

2013

A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA À DISTÂNCIA

LETICIA BEZERRA DE LIMA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Educação.

Trabalho apresentado em 14 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof° Dr. Roberto Leher - ORIENTADOR

_____

Profª Dra. Anita Handfas – UFRJ

_____

Prof° Dr. André Luiz Videira de Figueiredo - UFRRJ

À Rosemary, mãe
Anselmo e Lucas, pai e irmão
com muito amor

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta etapa do trabalho representa uma imensa alegria na minha vida, visto que em muitos momentos me vi angustiada em administrar tanto trabalho e tanto estudo ao mesmo tempo. Conseguir escrever a dissertação em meio a essas atribulações cotidianas foi um dos maiores desafios da minha vida – certamente o primeiro de muitos que ainda virão.

Agradecer é uma tarefa de grande responsabilidade e antecipo as minhas desculpas caso alguém seja esquecido ou esquecida.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu estimado orientador Prof° Dr. Roberto Leher, que aceitou embarcar neste projeto comigo e que para mim representa um grande exemplo de professor intelectual e militante. Sua força, inteligência, serenidade são admiráveis. Sua preocupação e atenção foram essenciais em muitos momentos de incertezas e questionamentos.

Em segundo lugar, quero agradecer aos professores que de forma muito solícita aceitaram compor a banca de defesa deste trabalho, Prof° Dr. André Luiz Videira de Figueiredo; e Profª Dra. Anita Handfas, em especial, que me recebeu muito bem quando recém chegada ao Rio de Janeiro, procurei o LAbES para continuar meus estudos na área das Ciências Sociais. Sempre muito atenciosa, acompanhou de perto a minha trajetória no PPGE.

À Profª Dra. Vânia Motta, agradeço as contribuições na banca de exame de projeto, que certamente contribuíram para a finalização deste trabalho.

Tenho uma imensa dívida com a minha família e é preciso agradecer imensamente a paciência e a compreensão que tiveram comigo durante esses últimos dois anos de imersão na vida profissional. As viagens à SP ou Bauru foram ficando escassas, porém sempre entenderam os meus motivos, sem cobranças.

Mãe, Pai e Lucas, vocês são a minha maior motivação para seguir caminhando, tentar novos rumos, mesmo que isso signifique a nossa distância física. Amo vocês! Família Parreira Pinto e Família Bezerra de Lima (Urquiza e Santos), vocês são a minha inspiração por dias melhores, por dias mais justos. Muita saudade e muito amor por cada um! Em especial, quero agradecer às avós, Ana Rosa e Hilda (na minha memória para sempre), pelo exemplo de mulheres que representam na minha vida.

Aos amigos e amigas devo um salve especial. Aos da Unesp Araraquara, que já não convivemos (infelizmente) como antes, mas que guardo um carinho imenso: Grá, Fog, Lê, Dani, Deni, Nati, Desirée, Lú. Bons momentos que vivemos juntos e que refletem até hoje.

Às amigas de Campinas, minhas flores: Paty, Vera, Fê e Dani (Biscoito) pela convivência maravilhosa no tempo em que estive estudando na Unicamp.

Aos amigos e amigas que o Rio de Janeiro me presenteou. Ao COLEMARX, em especial à Carmen pela parceria, sempre. Ao CESPEB, em especial, Gustavo e Hilda; Júlia Polessa e Anita Handfas, por terem me recebido no LAbES. Tenho um carinho e admiração muito grande por vocês. Rosana Câmara, professora da UFF, também agradeço pelo apoio.

À querida amiga Ana Lucia Lennert, que acompanhou o meu início aqui no Rio, foi sempre muito companheira e que mesmo há milhares de quilômetros de distância, se faz tão presente na minha vida. Obrigada pela parceria acadêmica e pela sua amizade.

Aos amigos do Colégio Estadual de Magé: Cris, Ruth, Carlos Alberto, Renato, Pulga, Vera Marinato, Hosana, Gilberto, Ana Lúcia, Aline, Marilene, Elaine, enfim,

todos os professores do convívio cotidiano. A todos os funcionários terceirizados do Colégio. Léa, Arlete, Benedita, mulheres guerreiras, obrigada por tudo. Aproveito também para agradecer à direção deste colégio e reconhecer que mesmo com as divergências políticas, me apoiaram sempre e especialmente durante o trabalho de campo, quando pude fazê-lo tranquilamente e depois voltar às atividades em sala de aula.

Ao Colégio Pedro II, tenho uma gratidão imensa. Em especial à equipe de professoras de São Cristóvão II: Tatiana, Paula, Rebeca, Lívia e Luciana. Mulheres fenomenais que tive o prazer de trabalhar e mais do que isso, ter a amizade, ter o carinho e amor. Minhas parceiras para a vida. Amo muito vocês! Aproveito para agradecer à querida Fátima, chefe de Departamento de Sociologia e aos professores: Denis, Marcelo Costa, Afrânio, Val, Raquel e Rachel, novas amigas também. Não posso deixar de agradecer aos professores de outras equipes de São Cristóvão II, que durante esses últimos dois anos estiveram sempre ao meu lado às terças, quintas e sábados: Rapha, Gabriel, Maria Carla, Wal, Carol, Guilherme, Luiggia, Adriana, Giselle, Sônia, Andrea, Alan, Rodrigo, Adérito, Gilberto, Carlos, Luciano, Carine, Jorge, Luci, Nélio. Sentirei muitas saudades, especialmente das risadas na sala dos professores. À Tereza, Cristina, Zaine, diretoras da unidade; Zezé, Gorete, Alê, Cris, Patrícia, Dona Ilma, o nosso apoio diário.

Aos meus alunos e alunas, que me dão energia e inspiração para continuar na luta. O carinho e reconhecimento de vocês são fundamentais. Obrigada por me ajudarem a me tornar uma professora melhor.

À Família Pinheiro pelo amor com que me receberam no Rio. Em especial, à Elza, Roberta, Gilberto, João, Lívia, Leandro, Julio Cesar, Igor e Breno. Aos demais primos e primas, tios e tias. Aos amigos de Nova Iguaçu. Obrigada e desculpe pela ausência nas festas, jantares, churrascos. Senti muito a falta de vocês.

À Isa e Jéssica, que sempre compreenderam meus furos. Que nossos encontros mensais agora sejam sagrados.

À Natália Roque, que não imagina a importância que tem na minha vida. Descobrir um esporte que me faz "descarregar" toda a tensão cotidiana e ainda, que me faz feliz, foi a melhor descoberta do último ano. Minha *coach*, obrigada pelo apoio!

À Fred e Vivi, afilhado e afilhada que amo e também "furei" demais nos encontros dos últimos anos. "Agora não tem mais desculpa"!

Ao Hailton, uma das motivações para eu estar aqui, por ter buscado "novos horizontes" no Rio de Janeiro. Seu apoio sempre foi fundamental durante os anos que convivemos. Obrigada pela revisão do material.

À Profª Luiza Helena Pereira, da UFRGS, pela atenção que demonstrou pela pesquisa.

Por fim, quero agradecer aos entrevistados e entrevistadas em Santa Maria, Agudo e Restinga Seca. A experiência vivida no campo foi fundamental para resgatar o interesse pela pesquisa e conseguir chegar até o final!

RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo compreender o processo de expansão do ensino superior público através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB representa um consórcio entre os governos federal, estaduais e municipais cujo objetivo seria a interiorização e expansão (ou "democratização") do acesso ao conhecimento universitário, com foco na criação de licenciaturas para atuação de professores na escola básica. Analisa a implantação desta política educacional na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialmente com a sua adesão à UAB e a criação – em 2009 – do curso de licenciatura em sociologia à distância. O interesse em estudar o curso de sociologia se dá no contexto de regulamentação da disciplina como componente curricular obrigatório nas três séries do ensino médio na educação básica brasileira, através da lei n° 11.684/2008. Diante dessa nova realidade, têm-se a necessidade objetiva de professores de sociologia com a formação específica. O estudo, qualitativo, compreende análise documental, em especial, as normas legais pertinentes ao ensino a distância e a formação de professores como política pública; análise de documentos e estudos sobre a história do ensino de sociologia no estado do Rio Grande do Sul, bem como o estudo de investigadores envolvidos com a temática. Atualmente, o curso na UFSM está presente em 8 polos, espalhados pelo interior do Estado e com aproximadamente 200 alunos/as matriculados/as, divididos em duas turmas de ingresso – 2009 e 2011. Em trabalho de campo, realizado no mês de março de 2013, visitamos os polos de Agudo e Restinga Seca, onde se formarão as primeiras turmas de professores de sociologia à distância. Nesta oportunidade, observamos qual é a especificidade de um curso na modalidade à distância; as estruturas encontradas nos polos para o efetivo processo de ensino e aprendizagem do aluno; o material utilizado e o funcionamento da plataforma *moodle*; e por fim, estabelecemos um perfil do aluno/a. Utilizamos como referencial teórico Leher (2010, 2011) e Lima (2007) para compreender o processo de implantação das políticas educacionais no ensino superior dos últimos oito anos e Barreto (2009, 2010), quando analisamos o discurso oficial que considera a estratégia e uso da tecnologia de comunicação e informação como resolução dos problemas estruturais e de desigualdade na educação brasileira. Em nossas considerações assinalamos para o grande número de evasão dos estudantes no curso, a falta de diálogo por parte dos "administradores" do curso e dos professores e alunos para a execução do mesmo; e alguns apontamentos sobre a especificidade da formação de professores de sociologia à distância.

Palavras-chave: UAB; Ensino a Distância; Licenciatura EaD; Ciências Sociais; UFSM.

ABSTRACT

The present work has as main objective to understand the process of expansion of higher education through the Open University of Brazil (UAB). The UAB is a consortium between the federal, state and municipal whose aim would be the internalization and expansion (or "democratization") access to university knowledge, focusing on creating activities for undergraduate teachers in the elementary school. Analyzes the implementation of this educational policy at the Federal University of Santa Maria (UFSM), especially with its accession to the UAB and the creation - in 2009 - of the degree course in sociology distance. The interest in studying the sociology course takes place in the context of rules of discipline as a curricular component required in the three middle schools in the Brazilian basic education, through the law n ° 11.684/2008. Given this new reality, have been the objective necessity of sociology teachers with specific training. The study was a qualitative document analysis comprises, in particular legal rules applicable to distance learning and teacher education as public policy, analysis of documents and studies on the history of the teaching of sociology in the state of Rio Grande do Sul, as well as the study researchers involved with the issue. Currently, the course is present in the UFSM 8 poles, spread across the state and approximately 200 alumni / registered / as divided into two classes of ticket - 2009 and 2011. In field work, conducted in March 2013, visited the poles Agudo and Restinga Seca, which will form the first groups of teachers sociology distance. This time, we see what is the specificity of a course in distance mode, the structures found at the poles to effective teaching and student learning, the material used and the operation of the Moodle platform, and finally established a student profile / a. Used as a theoretical Leher (2010, 2011) and Lima (2007) to understand the process of implementation of educational policies in higher education the last eight years and Barreto (2009, 2010), when we analyze the official discourse that considers strategy and use communication technology and information as structural problems and inequality in Brazilian education. In our considerations pointed to the large number of dropout students in the course, the lack of dialogue by the "administrators" of the course and the teachers and students to implement the same, and some notes on the specificity of training teachers of sociology distance.

Keywords: UAB, Distance Learning, Distance Learning Degree, Social Sciences; UFSM.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

1 O ENSINO A DISTÂNCIA E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB).....19

1.2 Dados UFSM 35

2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL.....39

3 A LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA À DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA 47

3.1 Estrutura e Funcionamento da Licenciatura em Sociologia EaD 53

3.1.1 Estrutura Curricular 55

3.1.2 Trabalhadores à distância 57

3.1.3 Material didático 69

3.2 Polo Agudo 72

3.3 Polo Restinga Seca 80

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 91

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGS – Associação Gaúcha dos Sociólogos
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Bach. - Bacharelado
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEd/RS – Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul
CES – Câmara de Educação Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
COPERVES – Comissão Permanente do Vestibular
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
CCSH – Centro de Ciências Sociais e Humanas
DERCA – Departamento e Registro Acadêmico
DCG – Disciplina de Complementação de Graduação
DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
EaD – Ensino a Distância
ENESEB – Encontro Nacional de Ensino de Sociologia
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IFES – Instituições Federais de Ensino
IES – Instituições de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LAbES – Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes
Lic. - Licenciatura
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
NTE – Núcleo Tecnológico Educacional
OCN's – Orientações Curriculares do Ensino Médio
PDE – Plano de Desenvolvimento em Educação
PDF – *Portable Document Format*
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PIBID – Programa Institucional de Iniciação à Docência
PL – Projeto de Lei
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PR - Paraná
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI – Plano Nacional de Reestruturação das Universidades Federais
Sem. - Semestre
SM – Santa Maria
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEDUC/RS – Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul
SEED – Secretaria de Ensino a Distância
SinSociólogos – Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul
TCC – Trabalho de Final de Curso

UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo compreender o processo de expansão do ensino superior público via modalidade à distância através do consórcio Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma das principais políticas educacionais implementadas nos últimos oito anos no Brasil. Analisaremos como isso se deu particularmente na implantação e execução do curso de Licenciatura em Sociologia à distância na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, atentando para as principais características de um curso nesta modalidade.

A investigação focaliza dois eixos de análise. O primeiro particulariza a expansão do ensino a distância no ensino superior enquanto uma política educacional, que ganhou destaque nos programas de ampliação da oferta em educação superior a partir dos anos 2000, cujo principal objetivo seria a interiorização e a expansão (ou "democratização") do acesso ao conhecimento universitário visando à inclusão e justiça social (BRASIL, 2004). O segundo eixo investiga como se deu a implantação e execução desta política na UFSM especialmente a criação do curso de Licenciatura em Sociologia a distância; faremos uma análise dessa especificidade na formação de um professor.

O desenvolvimento do primeiro eixo requer a compreensão e exame das leis e decretos que constituem o processo de criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), como o Decreto n° 5.800/2006, que sucedeu ao Decreto n° 5.622/2005 e reformula[1] o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei n° 9.394/1996 (BRASIL, 2006, 2005 e 1996). Realizamos o levantamento bibliográfico de relatórios oficiais publicados pelas diversas esferas do Estado como aquele apontado pelo Fórum das Estatais pela Educação (BRASIL, 2004); além da apropriação da discussão que tem sido desenvolvida em ambiente acadêmico como àquele feito por Barreto (2009, 2010), Leher (2010, 2011), Lima (2007), Santos (2010), Zuin (2006, 2010).

[1] Tal reformulação é indicada no Plano Nacional de Educação (2001-2010), aprovado pela Lei n°10.172 de 09 de janeiro de 2001, que já previa dentro de um prazo de dois anos a cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais para avaliar a produção de programas de ensino a distância (BRASIL, 2001).

Se no início da década de 1990, o ensino a distância tinha um caráter profissionalizante ou de complementação de estudos, na atualidade, o ensino a distância tem sido caracterizado como uma nova modalidade de ensino (BRASIL, 2005), utilizado não apenas como recurso tecnológico (ou da tecnologia) na sala de aula (BARRETO, 2009), mas como estratégia de formação de professores no ensino básico e como política de inclusão de jovens no ensino superior.

Os primeiros indícios legais sobre o ensino a distância aparecem na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei n°9.394/1996 (BRASIL, 1996), indicado no artigo 80, que estabelece que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de ensino a distância. Os decretos de n°2.494/1998 e n° 2.561/1998 (BRASIL, 1998a e 1998b) regulamentam o artigo da LDB, e em linhas gerais estabelecem (1) que o ensino a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, amparado por diversos meios de comunicação; (2) os cursos ministrados à distância estariam vinculados ao sistema de ensino superior, incluindo o sistema federal e as instituições de educação profissional em nível tecnológico, credenciados pelo Ministério da Educação – MEC (LIMA, 2007).

Ainda em 1998, foi divulgado um documento elaborado pela Secretaria de Ensino a Distância (SEED) cujo objetivo era indicar os "parâmetros", dez itens, que **deveriam orientar as instituições de ensino superior (IES)** que oferecem curso à distância. São eles: (1) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade, definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; (2) desenho do projeto: identidade EaD; (3) equipe profissional multidisciplinar; (4) comunicação/interatividade entre professor e aluno; (5) qualidade dos recursos educacionais; (6) infraestrutura de apoio; (7) avaliação de qualidade contínua e abrangente; (8) convênios e parcerias; (9) edital e informações sobre o curso de graduação à distância; (10) custos de implementação sobre o curso de graduação à distância.

Outro passo importante para a expansão do ensino a distância como modalidade de ensino se deu com a Portaria n° 2.253/2001 (BRASIL, 2001a), que abre a possibilidade às universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos a utilizarem 20% da carga horária de seus cursos por meio de ensino à distância. Neste mesmo ano, 2001, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e CAPES aprovaram a oferta de pós-graduação *stricto sensu* à distância.

É fundamental perceber que o ensino a distância ganha caráter de política de Estado coma aprovação do Plano Nacional de Educação, sob a Lei n° 10.172/2001 (BRASIL, 2001b), que incentiva a formação e capacitação dos professores em serviço. Ainda, associa o ensino a distância (EaD) à oferta de ensino para os segmentos populacionais mais pauperizados.

É no governo Lula da Silva que se intensificará o projeto de expansão do EaD. Logo após a sua eleição, o então Ministro da Educação Cristóvam Buarque anunciou um ambicioso programa, que dentre diversas propostas de "democratização do acesso ao ensino superior", estava a de formação de docentes a distância, cujos aspectos centrais seriam a utilização do EaD para a formação de professores de nível fundamental e médio, para a educação continuada desses profissionais em serviço e ampliação do número de vagas nas IES públicas (LIMA, 2007).

A despeito de críticas ao referido programa feito pelas entidades acadêmicas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e também dos sindicatos, a diretriz foi levada adiante quando em 2005, pelo Decreto n° 5.622/2005, foi regulamentado o que caracteriza o ensino a distância: modalidade educacional cujo processo de ensino e aprendizagem se dá através das tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2005).

Um marco importante de consolidação dos projetos anteriores apresentados – leis e decretos criados e alterados para que fosse possível implantar o EaD no ensino superior –, foi a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um consórcio entre os governos federal, estaduais e municipais que oferecem através das universidades públicas (federais e estaduais) cursos de licenciatura à distância e de formação inicial e continuada, com o objetivo proclamado de ampliar a formação de professores na rede básica brasileira, expandindo e interiorizando a oferta de cursos e programas de educação superior no país (BRASIL, 2006). Discutiremos amplamente como se deu a implantação da UAB no primeiro capítulo da presente dissertação.

A política de expansão de ensino superior via ensino à distância, representa, na voz oficial, uma iniciativa e um processo de "inclusão" e "democratização" do ensino.

Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, previa-se que até 2011, 30% dos jovens brasileiros teriam acesso ao ensino superior. Atualmente são cerca de apenas 14% de jovens entre 18 a 24 anos estudando no ensino superior público

e privado no país (BRASIL, 2012). Segundo Zuin (2006), a criação da UAB pela Secretaria de Educação a Distância[2] vem exatamente para concretizar esse objetivo de inserção de uma população à margem do processo educacional em nível superior.

Em um período de nove anos (2001-2010) as matrículas em graduação mais que dobraram atingindo um total de 6.379.299 matrículas. O ensino a distância em 2010 correspondeu a 14,6% (930.179) das matrículas, sendo que 748.577, ou seja, 80,5% são oferecidas pelo setor privado. Os cursos de licenciatura representam 46% das matrículas no ensino superior à distância.

Diante dessa realidade, entramos de fato no desdobramento do segundo eixo do trabalho, que é compreender como se deu a implantação dessa política na UFSM, com a criação do curso de Licenciatura em Sociologia EaD. Neste sentido, em um primeiro momento deveremos analisar, em linhas gerais, se abertura de cursos em Licenciatura em Sociologia a distância reflete a necessidade por mais cursos nesta área no RS. Sabemos que atualmente, o Estado encontra-se em terceiro lugar em matrículas no ensino superior[3].

Nossa pesquisa investigará o curso de licenciatura em Sociologia à distância enquanto uma modalidade que é singular na formação do professor de sociologia (para isso, comparações com o curso presencial serão realizadas para melhor demarcar similaridades e diferenças). O estudo deste segundo eixo foi efetivado por meio da análise dos documentos que institucionalizam o curso e o seu processo de implantação; da organização curricular, projeto e material pedagógico; processo de seleção e avaliação – alunos e tutores.

A investigação não se limitou à análise documental, uma vez que para compreender a totalidade do universo da pesquisa, precisaríamos estar em contato com próprios sujeitos em questão, entrevistá-los, portanto. Utilizamos a experiência na formação em Ciências Sociais para problematizar o que e como desenvolveríamos essa parte do trabalho, quando no período de 02 a 22 de março do presente ano realizamos o

[2]A Secretaria de Ensino a Distância (SEED) foi criada pelo Decreto n°1.917, de 26 de maio de 1996, sua principal atuação foi na difusão do uso das tecnologias e do ensino a distância no processo de ensino e aprendizagem. Em 2011, pelo Decreto n° 7.480, a SEED foi extinta, passando a vincular-se com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Mudança que pode vir a reiterar o caráter "compensatório" de tal política educacional.

[3] A região sul apresentou o terceiro lugar em matrículas em cursos presenciais no ano de 2010, com 16,4%. O sudeste ficou em primeiro lugar com 48,7% e em segundo, o nordeste com 19,3%. (INEP, 2010, p.39) Não temos informações sobre as matrículas gerais no ensino à distância no RS.

trabalho de campo nos municípios de Santa Maria – onde está localizada a Universidade Federal de Santa Maria –, Agudo e Restinga Seca, cidades sede dos polos presenciais. Estes dois últimos municípios encontram-se próximos à UFSM, (70 e 59 km, respectivamente), escolhidos em razão das condições estruturais de pesquisa, optamos por realizá-la nas proximidades da região de Santa Maria.

Uma das primeiras dificuldades que encontramos foi localizar especialmente os licenciandos do curso, uma vez que o polo presencial não é um espaço freqüentado diariamente pelos próprios. O ambiente de estudo é virtual, em sua totalidade. No entanto, uma vez feito o contato com a coordenadora do curso de Licenciatura em Sociologia, na UFSM, localizamos as tutoras presenciais dos referidos polos e foram elas as responsáveis por contactar os estudantes. No dia de visita ao polo, sempre estavam presentes a coordenação do polo presencial, a tutora presencial e alguns alunos e alunas. Esta parte do trabalho está detalhada no capítulo III.

Neste contexto, foi possível realizar entrevistas semiestruturadas com a coordenadora do curso, as tutoras presenciais e à distância dos polos, os/as professores/as e alunos do curso, além da observação que fizemos durante as visitas nos espaços visitados durante o período do trabalho de campo.

A respeito da proposição da particularidade na formação à distância, queremos investigar (1) quais são formas em que as metodologias EaD são utilizadas no processo educativo dos licenciandos? (2) A metodologia à distância tem facilitado o processo de ensino/aprendizagem do licenciando? (3) A apreensão do conteúdo é facilitada pelo novo método de ensino? (4) Quem são os "atores" (formação de origem, regime de trabalho) que atuam no processo de formação, incluindo os sujeitos que organizam os materiais pedagógicos e os profissionais que fazem mediação direta com os estudantes? (5) Como os professores e tutores da disciplina viabilizam o material aos alunos? (6) Qual o suporte dos textos de fundamentação dos cursos e disciplinas? (7) Qual é a estrutura organizada nos polos para assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem?

Pretendemos investigar o perfil do licenciando, considerando: se são docentes já em exercício, em busca da segunda licenciatura; se são novos docentes a serem selecionados em concursos públicos; se são docentes temporários, com contratos distintos dos preconizados pelo serviço público.

Um dos grandes debates nas Ciências Sociais sobre a questão da formação do professor durante a graduação é a suposta oposição dos cursos de bacharelado e de licenciatura. A formação para a pesquisa *versus* a formação para o ensino. Como essa polarização é assimilada na modalidade ensino a distância? Será que poderemos perceber através da análise dos discursos dos "sujeitos" da pesquisa essa tensão entre concepções de formação docente?

Nosso interesse em estudar a formação de professores de Sociologia se dá no contexto de regulamentação da disciplina como componente curricular obrigatório nas três séries do ensino médio na educação básica no Brasil, através da Lei n° 11.684 de 2008 (BRASIL, 2008), período em que a autora deste trabalho concluiu sua graduação (licenciatura e bacharelado) no curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus Araraquara) e presenciou a mobilização de setores da comunidade acadêmica – especialmente àqueles ligados a área da Educação – para responder ao novo desafio que é a formação efetiva de professores de sociologia para a atuação na escola básica brasileira.

Para isso, precisaremos nos apropriar da realidade do mercado de trabalho para o professor de sociologia no estado do Rio Grande do Sul, buscando informações nos Censos da Educação Superior do INEP, Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação do RS. Interessa a pesquisa, indicações como: até a implantação da lei, quais eram as universidades que formavam os sociólogos ou cientistas sociais (MEC)? Quantos eram formados anualmente (INEP)? Se existe déficit de professores formados em licenciatura plena, qual é a quantidade efetiva (SEDUC-RS)? A criação do curso de licenciatura em Sociologia à distância surge então para "resolver" uma carência real (SEDUC-RS/UFSM)?

Nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: no Capítulo I, analisaremos o processo de institucionalização do ensino a distância e da Universidade Aberta do Brasil para compreender o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil a partir da análise de leis e decretos específicos. Nosso estudo tem como referência os importantes teóricos na área de Educação como Barreto (2009; 2010); Leher (2010, 2011), Lima (2007), os quais utilizamos para compreender as recentes políticas educacionais que procuram expandir o acesso ao ensino superior, bem como utilizam a estratégia das tecnologias da informação e comunicação na formação do professor. Confrontaremos seus estudos com os discursos hegemônicos vigentes que proclamam o

uso da tecnologia como metodologia de ensino inovadora capaz de solucionar os problemas estruturais de desigualdade de acesso e permanência dos estudantes na universidade, por exemplo.

No Capítulo II faremos uma análise sobre o ensino de sociologia no Rio Grande do Sul para que possamos compreender o histórico da luta dos cientistas sociais e sociólogos na implantação da disciplina e também compreender a atual situação do ensino da sociologia no Estado, apresentando alguns dados sobre a oferta geral de cursos de Ciências Sociais no Rio Grande do Sul.

No Capítulo III, analisaremos objetivamente as condições de implantação da política pública; como tem sido executado o curso de licenciatura em sociologia à distância na UFSM, apresentando os dados coletados em trabalho de campo, com vista a perceber a particularidade na formação do professor de sociologia. Pretendemos entender as principais características que estruturam o funcionamento do curso, bem como entender quais são os desdobramentos do curso nos dias atuais, especialmente nos polos de Agudo e Restinga Seca. Faremos uma breve apresentação do perfil do aluno (faixa-etária, ocupação, município onde mora) para tentar compreender se os objetivos principais da adesão à UAB pela UFSM estão garantidos pela criação e oferta de vagas na área específica.

CAPÍTULO I

O Ensino a Distância e a Universidade Aberta do Brasil (UAB)

O ensino a distância no Brasil ganhou legalidade na educação brasileira a partir da LDB, Lei nº 9.394/1996. No artigo 80, percebemos grande incentivo ao poder público na implantação da nova modalidade de ensino no país: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (Brasil, 1996).

No mesmo ano, foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Decreto n°1.917, de 27 de maio de 1996. Entre suas primeiras ações estão: a inauguração do canal TV Escola; o documento-base do "Programa Informática na Educação"; e em 1997, foi lançado o Programa Nacional de Informática na Educação, cujo principal objetivo foi a instalação de laboratórios de computadores para as escolas públicas urbanas e rurais de ensino básico do país. Esta secretaria foi extinta em 2011e passou a compor a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Neste período, foram lançados decretos para regulamentar o ensino a distância e o artigo da LDB, como o Decreto n° 2.494/1998 que considera o EaD

> Concebido como 'uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação' (BRASIL, 1998a; LIMA, 2007)

E o Decreto n° 2.561/1998 que estabelece, em linhas gerais, que os cursos ministrados à distância estariam vinculados ao sistema de ensino superior, incluindo o

sistema federal e as instituições de educação profissional em nível tecnológico, credenciados pelo MEC (LIMA, 2007).

Ainda em 1998, foi divulgado um documento elaborado pela SEED cujo objetivo era indicar os "parâmetros", dez itens, que deveriam orientar as instituições de ensino superior (IES) que oferecem curso à distância. São eles: (1) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade, definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; (2) desenho do projeto: identidade EaD; (3) equipe profissional multidisciplinar; (4) comunicação/interatividade entre professor e aluno; (5) qualidade dos recursos educacionais; (6) infraestrutura de apoio; (7) avaliação de qualidade contínua e abrangente; (8) convênios e parcerias; (9) edital e informações sobre o curso de graduação à distância; (10) custos de implementação sobre o curso de graduação à distância (LIMA, 2007). É importante pensar como a UAB aplicará alguns desses itens, por exemplo, o item 8 e 10, quando ao formar o "consórcio", se unirá especialmente aos governos municipais para estruturar os polos presenciais.

No que tange à qualificação acadêmica dos cursos, a Portaria n° 301/1998 estabelece parâmetros para os critérios de autorização, reconhecimento e credenciamento dos mesmos.

Outro passo importante para a expansão do ensino a distância como metodologia de ensino se deu com a Portaria n° 2.253/2001 (BRASIL, 2001a), que abre a possibilidade às universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos a utilizarem 20% da carga horária de seus cursos por meio de ensino à distância. Neste mesmo ano, 2001, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e Capes aprovaram a oferta de pós-graduação *stricto sensu* à distância, junto à instituição responsável pelo credenciamento.

É fundamental perceber que o ensino à distância ganha caráter de política de Estado com o a aprovação do Plano Nacional de Educação, sob a Lei n° 10.172/2001 (BRASIL, 2001b), que em tópico especial, incentiva a formação e capacitação dos professores em serviço. Ainda, associa o ensino a distância (EaD) à oferta de ensino para os segmentos populacionais mais pauperizados

> As possibilidades da educação a distância são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Cursos a distância ou semipresenciais

> podem desempenhar o papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados. (BRASIL, 2001b:44)

É no governo Lula da Silva que se intensificará o projeto de expansão do EaD. Logo após a sua eleição, o então Ministro da Educação Cristóvam Buarque anunciou um ambicioso programa, que dentre diversas propostas de "democratização do acesso ao ensino superior", estava a de formação de docentes a distância, cujos aspectos centrais seriam a utilização do EaD para a formação de professores de nível fundamental e médio, para a educação continuada desses profissionais em serviço e ampliação do número de vagas nas IES públicas (LIMA, 2007).

Em 2002, a Comissão Assessora para a Educação Superior a Distância (Portaria MEC n° 335, de 6 de fevereiro de 2002) – composta por professores, especialistas, representantes do Ministério da Educação – elaborou um relatório que apresenta a situação presente do ensino a distância no país e apresenta uma nova proposta de regulamentação do EaD, no que diz respeito a normatização:

> Na verdade, o investimento em educação a distância e nos seus métodos e técnicas aplicados ao enriquecimento da educação presencial é elevado: exige capacitação dos profissionais envolvidos; produção de materiais didáticos; aquisição de equipamentos e sua manutenção; assistência técnica e segurança; preparação dos ambientes físicos e virtuais; desenvolvimento de sistemas de operacionalização e gestão. (BRASIL, 2002:5)

> Eles [os cursos de graduação a distância] exigem uma metodologia muito específica, não simplesmente baseada no conteúdo, mas também na comunicação, na troca, no apoio e suporte aos alunos e professores, a distância e também presencial. Sendo assim, não basta, portanto, simplesmente contratar especialistas para desenvolver e preparar materiais, mas faz-se também necessário pensar no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo recursos e metodologias de ensino que contemplem atividades individuais e coletivas e apoio constante de professores e orientadores, tanto em atividades presenciais, como a distância. (Id.,Ibid.,12)

Este relatório se mostra bem preciso – talvez o mais preciso dos documentos até então – sobre o que se pretende e como se faz o ensino à distância no ensino superior.

Neste documento são discutidas questões como a autorização dos cursos, credenciamento das instituições, matrícula e aproveitamento de estudos, avaliação de alunos e avaliação institucional.

Nele, considera-se que ensino à distância é a atividade pedagógica caracterizada pelo processo de ensino-aprendizagem realizado com a mediação docente e com a utilização de recursos didáticos amparados por suportes tecnológicos de informação e comunicação, podendo ser utilizados de forma isolada ou combinada, sem a frequência obrigatória de alunos e professores. Os cursos com pelo menos 80% da carga horária às disciplinas curriculares que não sejam integralmente ofertadas em atividades com a freqüência obrigatória de professores e alunos são considerados à distância (Id., Ibid.).

No relatório, é estabelecido em tópicos alguns aspectos sobre a qualidade de um curso, que de forma geral reflete as expectativas que são criadas em relação ao EaD como instrumento de "inclusão social", inclusive, com forte intenção do uso da tecnologia para "transmitir informações e superar a ineficácia das relações face a face".

E assim, através dos tópicos abaixo, o relatório apresentará propostas na organização dos cursos, como:

- Processo de ensino aprendizagem e organização curricular;
- Equipe multidisciplinar;
- Material didático;
- Interação aluno e professores;
- Avaliação de ensino e aprendizagem;
- Infraestrutura de apoio;
- Gestão;
- Custos.

No governo Lula da Silva, o ensino a distância entra na pauta específica de ampliação do acesso ao ensino superior público. Em 2003, o Grupo de Trabalho Interministerial composto por representantes da Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Gestão, da Fazenda, da Educação, reuniram em torno da discussão de um enfrentamento da crise educacional a partir de uma reforma.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) produziu um relatório no qual consta um plano emergencial para expansão do acesso ao ensino superior, e uma das estratégias é a expansão da experiência de ensino a distância.

A justificativa para o investimento nesta modalidade de ensino é a proporção continental do país e a consideração de que seria "(...) imperativo reconhecer que a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, (...) não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça no curto e médio prazos". (BRASIL, 2003:13) A meta era que até o ano de 2007 haveria 500 mil alunos matriculados no ensino superior na modalidade à distância.

Ainda de acordo com o documento, coloca-se como conservadora a postura de quem não concorda com este projeto de educação, pois segundo o GTI, "é hora do Brasil democrático, industrializado e com um sistema social de apartação, marcado por profundas desigualdades, enfrentar o desafio de **reinventar a sua universidade**, em meio às grandes transformações que marcam o início do século XXI" (Id. Ibid., 14. Grifos nossos).

O Decreto n°5.622/2005 consolidou o ensino a distância, regulamentando o artigo 80, que estabelece a

> Educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

O mesmo decreto estabelece que o ensino a distância pode ser oferecido em todos os níveis de educação: educação básica, educação profissional, educação superior (graduação e pós-graduação), educação especial e educação de jovens e adultos. Sendo que, segundo o artigo n° 20, as instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para a oferta de educação a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade. Já as instituições que não detêm autonomia universitária, deverão solicitar autorização para a abertura de oferta de cursos e vagas e programas de educação superior à distância (id. ibidem.).

Os únicos conselhos profissionais que deverão ser consultados para previamente se manifestarem em relação à criação e autorização dos cursos de graduação são o Conselho Nacional de Saúde, responsáveis pelos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, responsável pelo curso de Direito. Não há de se duvidar que os referidos conselhos vetassem qualquer iniciativa de criação de cursos à distância pelas universidades públicas.[4] Não há de se duvidar que os referidos conselhos vetassem qualquer iniciativa de criação de cursos à distância pelas universidades públicas pela força política que representam no cenário nacional.

Não tardou para que fosse criada de fato uma universidade que propagasse o ensino a distância. Foi então que em 2006, surge a Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto n°5.800/2006 (BRASIL, 2006), que representa um sistema integrado de universidades públicas que oferecem ensino superior à distância, seja na modalidade graduação ou pós-graduação (*latu e strictu sensu*).

A UAB representa a formação de um consórcio entre os governos federal, estaduais e municipais, com a participação voluntária de universidades federais e estaduais, regidos pela Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005 (BRASIL, 2005b), que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos. Segundo esta, no artigo 2°, para que seja cumprido o objetivo de interesse comum, seja ele, ofertar cursos de ensino a distância a municípios onde ainda não existam universidades públicas, os consórcios públicos podem:

- Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades inclusive do Fórum das Estatais para a Educação, no caso específico, assim como de órgãos de governo, em qualquer nível, federal, estadual ou municipal;
- Nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover **desapropriações e instituir servidores nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública**, ou interesse social, realizada pelo poder público;
- O consórcio poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, **dispensada a licitação**.

[4] No caso da OAB, em 2008, foi protocolado junto ao Ministério da Educação um requerimento que sustasse as autorizações de cursos de graduação à distância na área jurídica, documento analisado anteriormente pela Comissão Nacional de Educação Jurídico da OAB.

As responsabilidades das partes, segundo o documento chamado Projeto Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2004) estão divididas da seguinte forma:

- Às universidades federais e estaduais (estas, apenas que se consorciarem), caberá especialmente oferecer corpo docente qualificado, responsável pela formulação dos projetos pedagógicos e dos recursos didáticos associados aos cursos e programas propostos, bem como a responsabilidade pelos processos avaliativos, a expedição de diplomas e certificados e os atendimentos tutoriais a distância. Às instituições associadas caberia a discussão e definição do planejamento curricular e pedagógico, preparação de roteiros de cursos, produção audiovisual, textos de acompanhamento e avaliação do aluno e do curso;
- Ao Estado consorciado cabe a realização das ações necessárias ao adequado estabelecimento do consórcio, especialmente atuar de forma complementar à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), capilarizando a infra-estrutura de serviço de rede para interiorização de seu acesso e, especialmente, contribuir para viabilizar financeiramente a logística do processo de EaD, os atendimentos de tutores presenciais nos pólos regionais.
- Ao município consorciado (através da comunidade municipal ou regional, no caso de vários municípios integrados na mesma região de abrangência) compete, especialmente oferecer a infra-estrutura local do polo associado ao consórcio público, incluindo a oferta de espaço físico adequado, os atendimentos via tutores e laboratórios presenciais, em sintonia com as diretrizes das instituições proponentes dos cursos e programas.
- Caberá ao Ministério da Educação (MEC) estabelecer condições necessárias para a divulgação de chamada pública para incentivo e formação de consórcios públicos, além de propiciar as condições para que as Instituições Federais de Ensino (IFES) possam participar dos mesmos (que deverão contar com mais docentes, especialmente trabalhando na modalidade EaD, mais recursos e adoção de modelos de gestão compatíveis com estabelecimento de consórcios públicos propostos). (BRASIL, 2004).

Sendo assim, o Fórum das Estatais pela Educação, firmado em 2004, sob a coordenação geral do Ministro da Casa Civil, coordenação executiva do Ministro da Educação e pela participação de empresas estatais brasileiras (SANTOS, 2010), tem

como objetivo incentivar e articular os consórcios públicos entre si, podendo contribuir com financiamento, ou outras formas de fomento, tais como a cessão ou compartilhamento de facilidades próprias de suas organizações constituintes.

Ainda que apenas empresas públicas estivessem oficialmente convidadas a participar deste Fórum, à época da organização desta reunião, buscou-se uma interação entre a "sociedade civil, empresários, trabalhadores e organismos internacionais, um processo de debates em busca da solução dos problemas da educação, (...) visando a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país" (Id. Ibid., 112). Isto aparentemente demonstra uma "intenção" de envolver os amplos setores da sociedade para se debater o projeto de ensino a distância no país.

O exame dos chamados "parceiros" da UAB[5], em especial, os organizados no Fórum das Estatais pela Educação revela a proeminência de empresas que, a despeito de vínculos com o Estado, expressam uma racionalidade específica de setores econômicos, em detrimento das formulações produzidas pelos sujeitos que atuam (de fato) na área educacional.

> A diversificação do financiamento da educação superior será viabilizada por meio dessas parcerias, entre os setores público e privado, envolvendo diversas frações da nova burguesia de serviços educacionais, brasileira e internacional. Por meio dessas parcerias, a educação superior à distância é apresentada como estratégia fundamental para a internacionalização da educação superior concebida por meio de três ações básicas: 1) flexibilização e padronização dos currículos; 2) implantação de um sistema de avaliação que estimule a adequação da formação profissional às demandas do mercado de trabalho; 3) realização de uma gestão empresarial que viabilize as parcerias entre setor público e privado. (LIMA, 2007:185)

A Universidade Aberta do Brasil, no documento em que estamos referenciando apresenta-se como **mais** do que uma universidade, mas como um CONCEITO. Isto porque apresenta as seguintes características:

[5] Segundo Santos, 2010, as empresas participantes do Fórum das Estatais pela Educação foram: Banco da Amazônia S/A; Banco do Brasil; Banco do Nordeste S/A; Banco do Desenvolvimento Econômico Social; Caixa Econômica Federal; Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica; Companhia Hidroelétrica de São Francisco; Cobra Tecnologia S/A; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS); Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Financiadora de Estudos e Projetos; Furnas Centrais Elétricas S/A; Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Usina Hidrelétrica de Itaipu; Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A, Petróleo Brasileiro S/A; Serviço Federal de Processamento de Dados.

> Aberta na entrada, sem a rigidez dos processos seletivos tradicionais ou outras formas de discriminação, democratizando o acesso da população; aberta no processo, oferecendo opções e atividades relevantes mais flexíveis quanto às exigências formais de Conselhos ou corporações profissionais; aberta na saída, permitindo aos estudantes concluírem, encerrarem ou suspenderem seus estudos com maior flexibilidade, em atendimento às suas necessidades. (BRASIL, 2004).

A estrutura desta universidade e de seus consórcios é comparada pelo Fórum das Estatais a **fábrica**, nesses termos, pela grande produção de cursos (planejamento curricular e pedagógico, materiais, suportes a alunos, avaliações) pelas formas tecnológicas. Neste sentido, a educação é tida como um produto e se deve a alta produtividade, desconsiderando o processo educacional que não tem tempo e nem ao menos se assimila a um negócio, à fábrica.

A difusão dessa produção, segundo dados do Projeto, deve ser via televisão em circuito aberto com acompanhamento do material impresso e internet. A preparação dos conteúdos é realizada por uma equipe única, já a elaboração de vídeo-aulas, materiais impressos, *web-sites*, realizada por uma equipe diferenciada.

Cabe salientar que todo esse processo de criação e implantação da Universidade Aberta compõe um contexto de expansão de ensino superior, bem demarcado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Neste sentido, em 2007, foi criado através do Decreto n° 6.096/2007, o Plano Nacional de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) que grosso modo ampliou as vagas das universidades públicas, porém crescimento este atrelado sob específicas condições como o de se cumprir determinadas metas, sejam elas: 90% de formados em relação aos ingressantes e a relação aluno/professor de 12 para 18 em um prazo de cinco anos – "índice semelhante às universidades privadas mais mercantis" (Leher, 2010). Ainda, o REUNI propõe ampliar as vagas presenciais nos cursos de graduação de 101 mil em 2002, para 227 mil em 2012. (Leher, 2010 apud Pinto, 2009)

> A base material da reestruturação pretendida pelo REUNI é, como visto, sumamente frágil e a tendência de estagnação dos recursos é concreta (...). A expansão das matrículas é real, mas em bases precárias. O número de campi das universidades federais cresceu significativamente (mais 115 campi desde 2003). Contudo, a distância

> entre a criação no papel e sua efetivação é grande. A grande maioria dos novos campi funciona de modo particularmente precário, em prédios emprestados, escolas estaduais, com poucos docentes efetivos (...). Sem luta as universidades federais conhecerão um quadro profundamente difícil. Novos campi, novos cursos, cursos redimensionados para atender ao dobro dos alunos, mas sem base material e de pessoal para dar conta dessa enorme demanda. (LEHER, 2010).

> A realização de mais de 10 mil concursos docentes é uma das contradições positivas do REUNI. Embora longe de ter recuperado a força de trabalho necessária para o funcionamento universitário das IFES e, em especial, para cobrir o déficit histórico e as futuras aposentadorias, a entrada de novos professores é, em si mesma, uma variável importante. (...) O hiato entre o número de concursos e o déficit atual e futuro é e será enorme nos próximos anos. É preciso lembrar que mais de 70% dos atuais servidores universitários devem se aposentar nos próximos cinco a dez anos. (Id. Ibid.)

Como percebemos no trecho acima, a abertura de novos concursos para professores pode ser um dos aspectos positivos do REUNI, visto que a criação da licenciatura EaD e presencial possibilitaria a chegada de novos professores, porém, o *déficit* de vagas ainda é grande, uma vez que segundo Leher (2010), 70% dos servidores se aposentarão nos próximos dez anos.

*****

Sendo assim, voltado para o desenvolvimento da modalidade de ensino a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, a UAB tem como principais objetivos:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

As finalidades e objetivos serão realizados por um regime de colaboração entre a União e os entes federativos com as instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial. Os polos são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância – deverão dispor de infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do sistema UAB. Cabe a Capes MEC coordenar a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do sistema UAB.

As despesas do sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em relação ao pagamento de bolsas para coordenadores, professores e tutores associados ao sistema, veremos a seguir uma tabela com as respectivas remunerações, ficando evidente que o valor está aquém das atribuições de um docente universitário, desvalorizando seu trabalho, portanto.

Tabela 1 – Sobre Cargos, Tarefas e Bolsas dos "Associados"[6]da UAB

Função	**Tarefa**	**Bolsa (valor em reais)**
Coordenador/ Coordenador Adjunto nas instituições	Professor ou pesquisador indicado pela IPES vinculadas ao sistema UAB que atuará nas atividades de coordenação e apoio aos polos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas	1.500

[6] Nota-se que a palavra que liga o trabalhador à UAB é a de "associado". Palavra esta que nos dá a impressão de desvinculação do vínculo empregatício com o trabalhador – coordenadores, professor/a e tutores – dos cursos à distância. E de fato, veremos no Capítulo III as relações de trabalho proporcionadas por este consórcio.

públicas de ensino superior (IPES)[7]	implantados.	
Coordenador de curso nas IPES	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantado no sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.	1.400
Coordenador de Tutoria nas IPES	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos.	1.300
Professor-pesquisador conteudista	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema.	1.300
Professor-pesquisador	Profissional ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES, vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionada aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB.	1.300
Tutor presencial e EaD	Profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1(um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.	765.00
Coordenador de polo presencial	Professor da rede pública, graduado e com, no mínimo 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior, responsável pela coordenação do polo de apoio presencial.	1.100

Fonte: Resolução CD/MEC n° 8 de 30 de abril de 2010.Disponível em http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/legislacao/2341-resolucoes

Os cursos à distância são criados pelas universidades à medida que "editais" são divulgados pela Capes, uma vez que dependem de financiamento extra da universidade.

[7] A sigla IPES é comumente utilizada para referenciar as Instituições Privadas de Ensino Superior. No caso deste documento, a sigla é utilizada para referenciar Instituições Públicas de Ensino Superior (IES).

Foram lançados dois editais, ou "Chamadas UAB", para a execução dos cursos, o primeiro corresponde ao conhecido como UABI, publicado em 20 de dezembro de 2005, que integrou especialmente as propostas de cursos das instituições federais de ensino e as de polos de apoio presencial, pelos estados e municípios.

O segundo edital, ou UABII, foi publicado em 18 de outubro de 2006, ocasião em que participaram instituições estaduais e municipais, além das federais.

Há também a "Chamada UAB", relacionada à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), cujo principal objetivo é "induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica".[8] Criada em 2009, pelo Decreto n° 6.755 de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), está associada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que atua em regime de colaboração do governo federal com estados e municípios no fomento a programas de formação inicial e continuada a professores da rede pública da educação básica.

Este Decreto n^{o} 6.755/09 estabelece, em parágrafo único, que a formação inicial de profissionais do magistério se dará **preferencialmente** na modalidade presencial e a oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica que sejam graduados não licenciados, licenciados em área diversa da atuação docente e de nível médio, se dará na modalidade Normal. No âmbito do ensino superior, propõe programa de incentivo à iniciação a docência, aos estudantes de cursos de licenciatura, atualmente conhecido como Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). As despesas decorrentes do referido decreto serão de responsabilidade do Ministério da Educação, CAPES e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Id. Ibid.).

Em 2009 e 2010, foram lançados editais para que as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), participantes do sistema UAB, se candidatassem à compra de equipamentos, obtendo assim apoio financeiro visando à aquisição de equipamentos e mobiliário para implantar serviços de conferência-web e equipar os núcleos de educação a distância, salas de coordenação e tutoria de cursos.

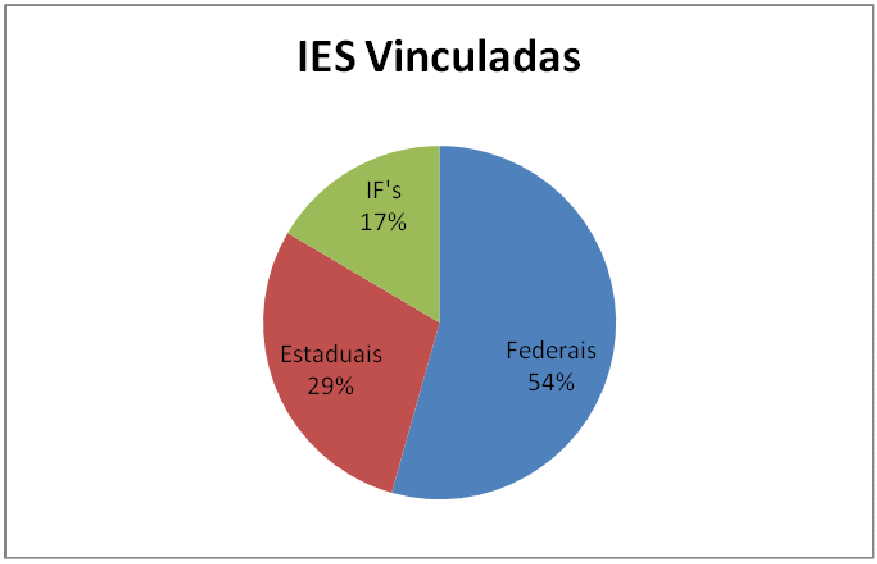
[8] Segundo o site do Programa (PARFOR), até 2012 foram implantadas 1.920 turmas em 397 municípios do Brasil e há 54 mil professores da educação básica freqüentando as turmas.

******

Após este curto período de existência da UAB (2006 a 2012), o diretor de Educação à Distância da CAPES, João Carlos Teatini, afirmou em novembro de 2012 – em entrevista no portal da UAB[9] – que a fase é de consolidação do sistema UAB e apresenta o quantitativo de instituições públicas de ensino superior (IES) vinculadas: 103 no total.

As universidades federais ocupam o primeiro lugar sendo 56 universidades federais que aderiram à UAB; em segundo, 30 universidades estaduais; e em terceiro, 17 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Gráfico 1 – IES vinculadas à UAB



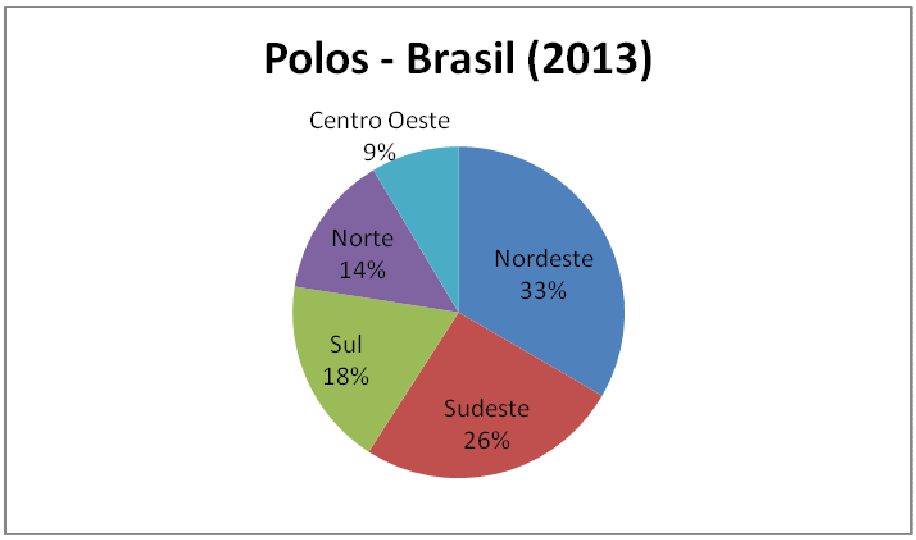
Fonte: UAB

No Brasil existem 653 polos de apoio presencial – cuja função específica será detalhadamente descrita no Capítulo III – com destaque para a região Nordeste, onde há 218 polos instalados. O Sudeste apresenta 168 polos; o Sul apresenta 120; a região Norte, 91 e a região Centro Oeste, 56. A região Norte apresenta a maior quantidade de polos proporcionalmente à quantidade de municípios (existem polos instalados em 19%

[9] Acesso em http://www.uab.capes.gov.br.

dos municípios da região). No Estado do Rio Grande do Sul, onde realizamos nossa pesquisa de campo,existem **46 polos** da UAB, portanto, há polos presenciais em apenas 9,2% municípios do Estado, conforme gráfico abaixo:

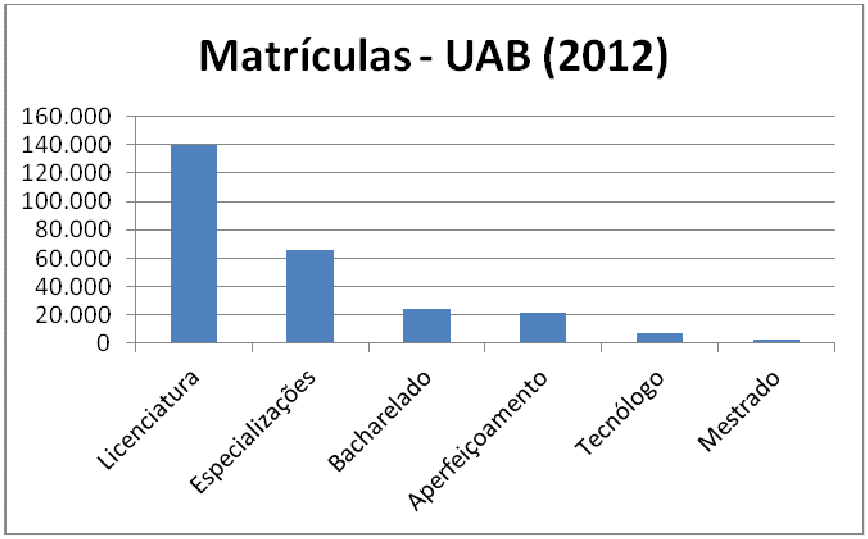
Gráfico 2 – Polos UAB no Brasil



Fonte: UAB

Até novembro de 2012 eram 140.000 matrículas nos cursos de licenciatura, 24.207 no bacharelado, mais de 6.877 no nível tecnólogo, mais de 66.000 nas especializações, 21.176 para aperfeiçoamento e 2.800 no mestrado profissional em matemática (o único curso de mestrado oferecido até agora). Somando-se também os cursos de formação pedagógica, extensão e seqüencial, totalizam-se **268.028 matrículas** ativas em outubro de 2012 e 42.611 concluintes até este período (BRASIL, 2012).

Gráfico 3 – Matrículas UAB (2012)



Fonte: UAB

Segundo dados do INEP (BRASIL, 2012), os cursos na modalidade a distância (público e privado) aumentaram 30,4%, enquanto os presenciais, apenas 12,5%. Em 2009, as matrículas em EaD chegaram a 930.179, enquanto em 2001 esse número era de apenas 5.359. As matrículas em EaD atingiram em 2009, 14,1% do total de matrículas de graduação, enquanto em 2005 esse número era apenas de 2,5%.Cerca de 50% das matrículas são nas licenciaturas e os cursos mais procurados são: Pedagogia, Letras, Matemática e História. De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001), a meta para 2010 era que cerca de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estivessem no ensino superior, enquanto atingiu no máximo 14% (SANTOS, 2010). A taxa representa um baixo acesso dos jovens ao ensino superior, e percebemos então que, como uma medida alternativa a essa realidade, o ensino a distância é justificado como a saída para a "democratização do ensino superior".

Percebemos através dos dados que existe um grande esforço na expansão da UAB, enquanto o ensino superior público presencial não consegue expandir nas matrículas no ensino superior. Podemos nos indagar se é no ensino a distância que será possível atingir um número maior de estudantes oferecendo ao mesmo tempo uma educação de qualidade para todos.

Vejamos como tem sido a implantação de cursos de licenciatura em Sociologia à distância pela UAB. Na Tabela 2, temos a lista de cursos que encontramos disponíveis:

Tabela 2 – Cursos de Licenciatura em Sociologia/Ciências Sociais pela UAB

Nome curso	**Universidade**	**Ano de criação**	Chamada UAB
Licenciatura em Ciências Sociais 2.860h (8sem) Polos: Arapiraca Maceio Maragogi Olho d'água das flores	Universidade Federal de Alagoas	2013	PAR
Licenciatura em Sociologia 2.910h (8 sem) Polos: Agudo Cachoeira do Sul Foz do Iguaçu (PR) Picada Café Quaraí Restinga Seca Santana do Livramento Tio Hugo	Universidade Federal de Santa Maria	2009	UABII
Licenciatura em Ciências Sociais	Universidade Federal de Viçosa	*	PAR
Licenciatura em Ciências Sociais 3266h (8 sem) Polos: Francisco Sá Janaúba Itamarandiba São João da Ponte	Universidade Estadual de Montes Claros	2008	UABII

Fonte: UAB – Elaboração Própria

Além da UFSM, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) também oferece o curso de Licenciatura em Ciências Sociais à distância. Criado em 2008, atualmente está presente em quatro polos: Francisco Sá, Janaúba, Itamarandiba e São João da Ponte.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) fez o primeiro vestibular em março do presente ano, oferecendo 125 vagas distribuídas em quatro *campi*. O início das aulas ocorreu no final do mês de maio.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) já oferece o curso de Ciências Sociais, na modalidade bacharelado e licenciatura presencial. O curso à distância ainda não foi implantado embora já esteja sinalizado no site da UAB – pode ser um indício de que está próximo de ser efetivado.

1.2.Dados da UAB na UFSM

Conforme vimos no presente capítulo, a expansão das vagas no ensino superior associada ao REUNI ocorre de forma a atrelá-la com cumprimento de metas (num prazo de cinco anos) (LEHER,2011); estas metas são estabelecidas por um contrato de gestão, que significa, no caso de Santa Maria, o desenvolvimento de um plano de ampliação específico:

1. Criação de 173 vagas para os cursos já existentes;
2. Criação de 45 vagas de cursos de graduação;
3. Criação de 19 cursos de pós-graduação (11 de mestrado e 8 de doutorado);

Para tanto, a Universidade Federal de Santa Maria conta com um orçamento de R$ 54.884.877,07 para "custeio pessoal"[10] e R$ 60.002.600,50 para "investimento" (edificações,infra-estrutura, equipamentos), disponibilizados pelo governo federal.

De acordo com a Tabela 3, abaixo, observamos quanto ao crescimento de vagas para cursos já existentes um predomínio de vagas nos cursos das áreas de exatas e saúde. As humanas e licenciaturas não são alvo deste "investimento". No documento que estabelece as metas de crescimento, há uma extensa lista de novos cursos, porém há uma lacuna quando prevê a criação de seis cursos de licenciatura (noturno) mas não estabelece uma descrição detalhada das habilitações nem modalidades específicas. Acreditamos que os cursos de licenciatura em Sociologia, à distância e presencial estejam presentes neste plano.

Tabela 3 – Novas Vagas em Cursos já Existentes

[10]Em outras palavras: bolsas de assistência estudantil; bolsas de Mestrado; bolsas de Doutorado; bolsas de Pós-Doutorado; bolsas de professor visitante; Professores – equivalente; Servidores de nível intermediário; Servidores de nível superior; Unidades básicas de custeio. (Fonte: REUNI/UFSM)

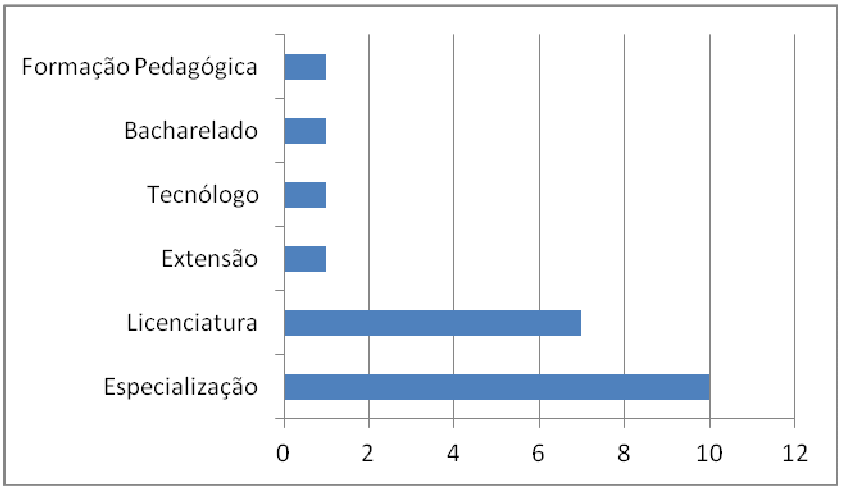
Ampliação de Vagas de Cursos ofertados

N.	Curso	Turno	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Artes Visuais	D	45	45	54	54	54	54
2	Direito	D	40	40	45	45	45	45
3	Direito	N	40	40	45	45	45	45
4	Educação Física- Bacharelado	D	60	60	66	66	66	66
5	Educação Física- Licenciatura	D	60	60	66	66	66	66
6	Enfermagem	D	40	40	46	46	48	50
7	Engenharia Química	D	30	30	60	60	60	60
8	Engenharia Elétrica	D	30	30	60	60	60	60
9	Fisioterapia	D	40	40	46	46	48	50
10	Fonoaudiologia	D	24	24	27	27	28	29
11	Medicina	D	100	100	108	110	114	120
12	Música - Bach	D	26	26	48	48	48	48
13	Psicologia	D	25	25	34	34	37	40
TOTAL			560	560	705	707	719	733
VARIAÇÃO ABSOLUTA - ano base 2007					145	147	159	173
VARIAÇÃO ANUAL			-	-	145	2	12	14

Fonte: REUNI/UFSM

Atualmente a UFSM oferece 21 cursos na modalidade EaD: 10 especializações; 7 licenciaturas;1 bacharelado; 1 em nível técnico; 1 curso de extensão e 1 de formação pedagógica.

Gráfico 4 – Habilitações (em números de cursos)



Fonte: UAB/UFSM

Tabela 4 – Cursos EaD / UFSM

Administração pública –	Agric. Familiar e	Educação Ambiental	Educação Especial –

(Bach)	Sustentab. –(tecnólogo)	–(espec.)	(lic)
Educação Física Infantil e anos iniciais –(espec.)	Eficiência energética aplicada aos processos produtivos –(espec.)	Física –(lic)	Formação de prof. para a educ. profissional – (formaç. Pedag.)
Geografia – (lic.)	Gestão em Arquivos (espec.)	Gestão pública – (espec.)	Gestão de Polít. Publ. em Gênero e Raça – (ext.)
Gestão educacional – (espec)	Gestão em saúde – (espec.)	Gestão pública municipal –(espec.)	Letras espanhol –(lic)
Letras português –(lic)	Mídias na educação – (espec.)	Pedagogia –(lic)	Sociologia –(lic)
TICs Aplicada a educação – (espec.)			

Fonte: UAB/UFSM

Há 29 polos da UAB vinculados à UFSM no Estado do Rio Grande do Sul[11], além de um pólo em Jales (SP) e outro em Foz do Iguaçu (PR). Em Santa Maria, o Núcleo Tecnológico Educacional (NTE), núcleo administrador da UAB na UFSM, é considerado um dos polos e oferece os cursos de Física, Gestão em Saúde, Gestão Pública e Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) Aplicação em Educação.

No Capítulo III do presente trabalho veremos como se deu a criação e implantação do curso de Licenciatura em Sociologia à distância na UFSM, bem como os desdobramentos da pesquisa de campo. Antes disso, contudo, passaremos a abordar no capítulo II, a trajetória do ensino de sociologia no estado do RS, bem como faremos um levantamento da oferta de licenciaturas em sociologia – presenciais e à distância – para mapearmos em linhas gerais a quantidade de professores de sociologia que anualmente se formam.

[11] Os 29 polos presenciais associados à UFSM estão localizados nos municípios de: Jales (SP), Agudo, Balneário do Pinhal, Cacequi, Cachoeira do Sul, Constantina, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Foz do Iguaçu (PR), Itaqui, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Picada Café, Quaraí, Itaqui, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Picada Café, Quaraí, Restinga Seca, Santana do Livramento, Sapiranga, Santa Vitória, Santo Antônio, São Francisco, São Lourenço, São Sepé, Três Passos, Sarandi, Sobradinho, Tapejara, Tio Hugo, Três de Maio, Vila Flores. Fonte: UAB/UFSM.

CAPÍTULO II

O Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul

No presente capítulo faremos a análise de como se deu a implantação do ensino de sociologia no Rio Grande do Sul, bem como, de que forma esta se relaciona à formação de professores de Sociologia no Estado, através de uma apresentação do quadro geral de cursos de licenciatura em Ciências Sociais.

O processo de institucionalização da disciplina foi amplamente discutido em Moraes (2003), Meucci (2000), Silva (2002, 2010), Pereira (2009), que em seus trabalhos resgatam a história da Sociologia enquanto disciplina escolar cuja principal característica é marcada pela instabilidade no século XX, até a sua obrigatoriedade garantida em lei no século XXI, ano de 2008. No estado do Rio Grande do Sul, a trajetória não seria diferente aos demais estados brasileiros.

A criação da Associação Gaúcha dos Sociológos (AGS) e o Sindicato dos Sociólogos (SinSociólogos-RS) entre os anos 70 e 80 é reflexo da preocupação destes profissionais em garantir a presença da disciplina nos currículos oficiais no Estado; desde então, esta passou a representar uma das principais bandeiras de luta dos sociólogos gaúchos (MEIRELLES, RAIZER e PEREIRA, 2007:3)

A primeira grande vitória do movimento deu-se com a aprovação da Lei n° 8.774 em 23 de dezembro de 1988, de autoria do Deputado Estadual Constantino Picarelli, que reestruturava o currículo do segundo grau (hoje, ensino médio), tornando obrigatórias as disciplinas de Filosofia e Sociologia nas escolas estaduais.

Apesar de ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador do Estado, Pedro Simon, esta lei não foi adequadamente posta em prática; as disciplinas ficaram “avulsas” nos currículos escolares, talvez pela opcionalidade do

oferecimento proposta pela LDB n°5.692/71. O mesmo aconteceu nos estados de Pará e Bahia, conforme Pereira (2009).

Dos anos 80 ao início dos anos 2000, a Sociologia enquanto disciplina escolar ficou à mercê dos governantes em cobrar a aplicação da lei estadual. Em pesquisa realizada no início do ano letivo de 2007, das 909 escolas públicas, apenas 58 não ofereciam Sociologia nem Filosofia; 321 ofereciam Sociologia (Id. Ibid., 3). Neste mesmo ano, havia 441 professores de sociologia no Estado, sendo que apenas 15,5% formados em Ciências Sociais (PEREIRA, 2007).

Certamente, os impactos do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) n°38/2006, que reintroduziu a obrigatoriedade da disciplina na educação básica, começaram a surtir efeito e a realidade passou a mudar no Rio Grande do Sul. Já prevendo um déficit de professores habilitados na área e a grande quantidade de licenciados de outras áreas ministrando sociologia no ensino médio, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEd/RS), lançou mão da Resolução n^{o} 322, em 11 de abril de 2007, ampliando a habilitação para o exercício da docência em Sociologia no ensino médio.

Por esta Resolução, o CEEd/RS estabeleceu a inclusão de Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias do ensino médio, a partir do início do ano letivo de 2008. Com a recomendação de cinco anos para adequação, ou seja, até 2012 e oferecimento de dois períodos semanais de cada um desses componentes curriculares – Filosofia e Sociologia – em um dos anos do ensino médio.

Em artigo específico, esta Resolução estabeleceu a formação necessária para a docência – licenciatura plena em Ciências Sociais ou Sociologia, porém, admitindo outras formações nos seguintes casos

> Para o exercício da docência de Sociologia, até 2012 é admitida formação em Bacharelado em Sociologia ou Ciências Sociais com Licenciatura em outra disciplina; Licenciatura com Pós-Graduação em Sociologia ou Ciências Sociais; Licenciatura em Filosofia; Bacharelado em Filosofia, com Licenciatura Plena em outra disciplina; Licenciatura em História; Licenciatura em Pedagogia, desde que o docente comprove no seu histórico escolar, no mínimo, cento e vinte horas cursadas da disciplina de Sociologia. (CEEd/RS, 2007:4-5).

O ano de 2008 foi definitivo na luta dos sociólogos brasileiros pela inserção da Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias no ensino médio. A aprovação da Lei n°11.684/2008 estabelece que as disciplinas de Sociologia e Filosofia devem ser oferecidas nos três anos do ensino médio. Consideramos que seja um marco na história da disciplina no Brasil, além de ser motivo de conquista à categoria que esteve à frente desta luta.

Se anteriormente já havia um *déficit* de professores de Sociologia na rede estadual, com a ampliação do oferecimento da disciplina para o cumprimento da lei, este déficit converteu-se em um problema ainda mais significativo.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul em 2010, Luiza Helena Pereira e Jonathan Amaral entrevistaram 44 professores de Sociologia em 35 escolas; apenas 14 deles eram formados em Ciências Sociais, ou seja, a habilitação específica para o ensino da Sociologia na escola. Os demais eram das áreas de História (10), Filosofia (9), Pedagogia (6), Geografia (3), Ciências Biológicas (2); muitos deles afirmaram que lecionam a disciplina porque precisavam fechar a carga horária mínima de docência, sendo a disciplina aquilo que havia em disponibilidade; realidade comum à rede também à professores de sociologia que completam a carga horária em outras disciplinas.

Em 2011, o Prof. Thiago Ingrassia e Paula de Marques fizeram uma pesquisa na região do Alto Uruguai, localizada no norte e nordeste do Rio Grande do Sul, em 30 das 50 escolas da região, onde ao todo existem 56 professores lecionando sociologia. Nenhum deles é formado em Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia. São 13 formados em Geografia, 12 em Pedagogia, 10 em Estudos Sociais, 9 em História, 6 em Filosofia, e o restante se divide em Ciências Biológicas, Letras, Ensino Religioso e Normal Superior (MEIRELLES, RAIZER e PEREIRA, 2013:37).

Estes dados apontam para o apontamento de que o Poder Público Estadual, no Rio Grande do Sul, mostra-se omisso na falta de concursos e abertura de vagas para o preenchimento dessas **carências reais**, mascaradas pela presença de professores não habilitados lecionando sociologia no ensino médio.

É com muita cautela que observamos os desdobramentos da implantação desta lei, bem como as novas ações governamentais no que diz respeito à educação básica. Se agora a Sociologia está presente nas três séries do ensino médio, como ela vem sendo

implantada nas redes estaduais nos últimos cinco anos? Quais serão os tempos/aulas destinados em sala (no Rio Grande do Sul e nos demais Estados brasileiros) para que se construa o conhecimento sociológico considerando as propostas das Orientações Curriculares Nacionais (OCN's), por exemplo?

É preciso garantir a legitimidade da disciplina na escola, inclusive proporcionando meios objetivos para que o trabalho seja realizado com um tempo mínimo de 90 ou 100 minutos de aulas semanais e que estas disciplinas sejam oferecidas por professores licenciados plenos em Ciências Sociais ou Sociologia. Diversamente disso, no Rio Grande do Sul ela é ministrada em um tempo/aula semanal (50 min.) nas três séries do Ensino Médio. No Paraná, em 2012, a carga horária de Sociologia e Filosofia foi reduzida para um tempo/aula semanal (50 min.) nas três séries do ensino médio pelo Conselho Estadual do Paraná. Em Santa Catarina, desde 2008, na 1ª e 2ª séries são ministradas em dois tempos e na 3ª série em um tempo (50 min.).

Outra questão pertinente a ser colocada é a formulação do currículo em escala nacional. Em agosto de 2012, foi noticiado pela mídia (TAKAHASHI, 2012) que o Ministério da Educação (MEC) estava preparando um novo currículo para o ensino médio e que isto significaria a fusão das disciplinas em apenas quatro áreas do conhecimento, a saber: ciências humanas, ciências da natureza, linguagem e matemática. Objetivamente, a mudança permitiria que o professor de sociologia, por exemplo, automaticamente lecionasse aulas de história, geografia e filosofia por pertencer à área das ciências humanas. Segundo o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, "o aluno não vai ter mais a dispersão de disciplinas", pois passará a receber os conteúdos de forma mais "integrada", facilitando a compreensão do que é ensinado. Ou seja, se uma proposta dessa ganha legitimidade, o que acontecerá é que nada mudará ao professor de sociologia que leciona em outras disciplinas e aos demais professores das diversas áreas de formação que lecionam sociologia! É mais uma forma de garantir que as disciplinas sejam lecionadas conforme se "encaixam" no horário que a escola oferece ao professor.

Seguindo esse parâmetro, as escolas da rede estadual gaúcha em 2012 passaram a adotar essa "divisão", chamada de "projeto temático interdisciplinar", cujas disciplinas trabalham "situações problema" (temas), ocorrendo alguns casos de dois ou mais professores darem aula na mesma turma, ao mesmo tempo. Esses são dados diretos da Secretaria Estadual de Educação, em entrevista a um site de internet (RODRIGUES,

2011). Em trabalho de campo, em conversa informal, professores da rede relataram que de fato o que vem ocorrendo é que o professor dá aulas de diversas disciplinas, o que não é novidade. Não houve tempo hábil para verificar de modo mais aprofundado todos os desdobramentos deste projeto da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Apuramos, contudo, que no último concurso realizado pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC/RS, em março de 2013, as vagas já foram distribuídas nestas áreas específicas, e Sociologia aparece em "Ciências Humanas e suas Tecnologias", junto às disciplinas de História, Geografia e Filosofia.

Segundo a SEDUC/RS, neste ano são apenas 36 vagas[12], (das 10 mil vagas oferecidas no total) para professores de Sociologia distribuídas em 30 Coordenadorias Regionais de Educação, sendo o salário inicial de um professor de 20h (13h em sala de aula e 7h a critério da Secretaria) de R$ 903,76 e que este terá que se desdobrar em 13 turmas para conseguir completar a carga horária mínima, pois como já afirmamos, nas três séries do ensino médio há apenas uma hora/aula para a disciplina.

É incompatível com qualidade do trabalho de **qualquer professor**, ter apenas um tempo/aula de 45/50 minutos nas três séries do ensino médio para fazer todas as atividades docentes. Ainda quando pensamos na realidade escolar (para ser mais simplista na lembrança do que é estar em sala de aula em um tempo de aula) como as salas de aulas lotadas com mais (bem mais) de 25 alunos por turma; com falta de material didático; com falta de organização escolar; com falta orientação pedagógica.

Talvez a discussão da questão do déficit de professores de Sociologia no estado do Rio Grande do Sul ultrapasse a questão da formação, devendo contemplar uma reflexão mais profunda sobre as condições de trabalho dos professores da rede, a começar pela valorização do trabalho, visto o salário defasado que recebe para atuar por 20h semanais. Nos dias de hoje, a opção pela profissão é uma escolha difícil e não à toa muitos profissionais procuram conciliar o magistério com alguma outra atividade – encarando a docência como um "bico"; ou na primeira oportunidade, abandonam a sala de aula para se dedicar a outra profissão.

Não temos a pretensão aqui de refletir profundamente sobre a precarização do trabalho do professor na rede estadual, porém é inegável que em nossas análises isto

[12]Em 2012, foram oferecidas 61 vagas para professores de Sociologia, no concurso para magistério na rede estadual do Rio Grande do Sul.

vem à tona, inclusive porque demandas por melhores condições de trabalho são bandeiras históricas na categoria dos profissionais da educação.

Na pesquisa que fizemos nos dois municípios que abrigam os pólos UAB/UFSM, Agudo e Restinga Seca – ambos pertencentes a 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) –, existem apenas três escolas que oferecem ensino médio, duas urbanas (em Agudo e Restinga Seca) e uma rural (Agudo)

Tabela 6– Escolas Estaduais de Ensino Médio em Agudo e Restinga Seca

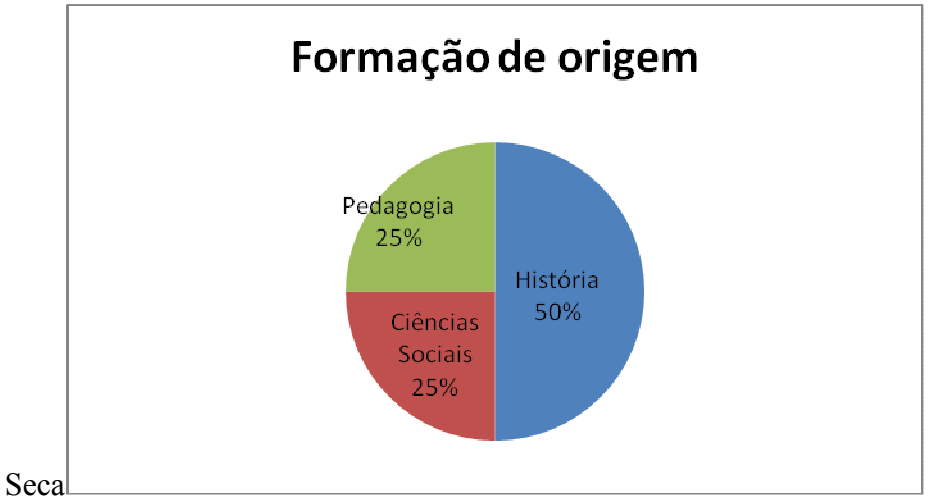
AGUDO	RESTINGA SECA
Escola Estadual Dom Erico Ferrari (Rural)	Escola Estadual Erico Veríssimo (Urbana)
Escola Estadual Willy Roos (Urbana)	-
Escola Estadual Luiz Germano Poeter (Urbana)	-

Fonte: Secretaria de Educação do RS. Elaboração Própria.

Apesar de não ter feito visitas às escolas estaduais por ocasião do rápido trabalho de campo nesta região, em entrevista aos alunos do curso de Sociologia que já fizeram o estágio supervisionado, e com os tutores presenciais dos respectivos municípios, conseguimos compor um painel do ensino de sociologia nas escolas estaduais de ensino médio em Agudo e Restinga Seca.

Em Agudo são dois professores que lecionam Sociologia, um que possui sua formação de origem na História e a outra, na área de Ciências Sociais; em Restinga Seca, há dois professores sendo que nenhum deles têm a formação específica em Ciências Sociais, um é da área de História e a outra é de Pedagogia. No total são 4 professores de sociologia e apenas uma é formada na área específica (25%).

Gráfico 5 – Formação de origem dos Profs. de Sociologia em Agudo e Restinga



Seca

Fonte: Elaboração própria.

O baixo índice de formados na área das Ciências Sociais nos causava uma grande dúvida em relação ao oferecimento de cursos de licenciatura específica. Contávamos com a possibilidade de escassez dos cursos especialmente no interior do estado gaúcho.

No entanto, segundo o levantamento que fizemos a partir dos dados do Ministério da Educação (MEC), atualmente são oferecidos dez cursos de licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia em todo o RS.[13]

Tabela 7 – Cursos de Ciências Sociais/Sociologia no Rio Grande do Sul

IES	Titulação	Modalidade	Município	Ano criação
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Bach./Lic.	Presencial	Porto Alegre	1942
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Bach./Lic.	Presencial	Porto Alegre	1950
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Bach./Lic	Presencial	São Leopoldo	1958
Universidade da Região da Campanha (URCAMP)	Lic.	Presencial	Bagé e Caçapava do Sul	1968
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	Bach./Lic.	Presencial	Santa Cruz do Sul	2003
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	Bach./Lic.	EaD	Vários Municípios[14]	2005

[13]Para efeitos desta pesquisa, vamos desconsiderar o curso oferecido pela Unijuí, que está em fase de extinção.

Universidade Federal de Pelotas	Bach./Lic.	Presencial	Pelotas	1990 (Bach.) 2005 (Lic)
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Lic.	Presencial	Caxias do Sul	2010
Universidade de Santa Maria (UFSM)	Bach./Lic.	Presencial e EaD	Santa Maria e outros municípios[15]	1998 (Bach.)/ 2009 e 2010 (Lic.)
Universidade Fed. da Fronteira Sul (UFFS)	Lic.	Presencial	Erechim	2010

Fonte: e-MEC (Ministério da Educação) – Elaboração Própria

Segundo a tabela, dez instituições (4 públicas e 6 privadas) oferecem o curso de licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia; nove cursos são presenciais e dois cursos à distância[16]. Em nove municípios o curso é presencial; já o curso à distância está presente em 29 municípios. É um número bem representativo de cursos e abrangência no Rio Grande do Sul.

Só nos últimos três anos o número de cursos de Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia (presencial) cresceu, visto que a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS criou seu curso de licenciatura em 2010 e a Universidade Federal de Santa Maria, onde realizamos nossa pesquisa, em 2010; isto corresponde a 50 vagas (na primeira) e 40 vagas (na última), anuais, respectivamente. A Universidade de Caxias do Sul, universidade privada, também criou o curso recentemente, no ano de 2010.

Acreditamos que seja bastante importante que cresça o número de cursos e, portanto, de licenciados em sociologia e diante desse novo cenário, pretendemos analisar no próximo capítulo, como a Universidade Federal de Santa Maria, especificamente, tem organizado e pensado o curso e a carreira docente do licenciado à distância.

[14] Os municípios são: Camaquã, Canela, Canoas, Carazinho, Erechim, Gravataí, Guaíba, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santiago, São Jerônimo e Torres.
[15] Os municípios são: Agudo, Cachoeira do Sul, Picada Café, Quaraí, Restinga Seca, Santana do Livramento e Tio Hugo.
[16] Isto porque a UFSM oferece presencial e EaD.

CAPÍTULOIII

A Licenciatura em Sociologia à Distância na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A Universidade Federal de Santa Maria situa-se no município de Santa Maria, no "coração" do Estado do Rio Grande do Sul. Criada em 1960, atualmente conta com 1.822 docentes, 28.302 estudantes e 2.782 técnicos administrativos educacionais e oferece 317 cursos de graduação e pós-graduação (*stricto e latu sensu*) em seus três campi além da sede: Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Silveira Martins.

O curso de Licenciatura em Sociologia à distância está integrado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade de Santa Maria, composto por 17 cursos de graduação e 12 de pós-graduação.

O Departamento de Ciências Sociais é composto pelos cursos de Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura presenciais)[17] e Bacharelado em Serviço Social, onde ao todo atuam 21 docentes. Estes docentes não têm vínculo específico com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), porém alguns deles lecionam também no curso EaD.

O curso de Licenciatura em Sociologia à distância está associado ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)[18], criado no ano de 2009 sob forte apelo do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e permanência na educação superior, como vimos em capítulo anterior.

[17]O curso de bacharelado em Ciências Sociais foi aprovado em 1997 e a primeira turma ingressou em março do ano seguinte no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (MEC), pela Portaria n° 212/2002, publicada no Diário Oficial em 29/01/2002. Atualmente são 40 vagas (noturno) e o período de duração é de 8 semestres.

[18] Em 2009, foi criado na UFSM o curso de Licenciatura de Sociologia presencial, noturno. A primeira turma iniciou o curso em 2010 com 30 alunos. Até o atual ano letivo (2013) foram realizados quatro vestibulares, portanto, temos 4 turmas em andamento, sendo que a primeira turma se formará em julho de 2014.

Uma das justificativas da implantação da licenciatura desta está ancorada na criação do sistema UAB, que tem como principal objetivo garantir a "democratização, expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país".

Outra motivação para a criação do curso à distância, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), está relacionada ao Parecer n° 38/2006, do Conselho Nacional de Educação do MEC, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio.

Some-se a isto o fato de que após dois anos da divulgação deste Parecer, foi aprovada a Lei n^{o} 11.684/2008 que institui a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e Filosofia nas **três séries** do ensino médio. Após essa decisão criou-se uma demanda real nas escolas do país por professores formados nas respectivas áreas.

Até a aprovação da lei, não existia um curso (público) destinado à formação de professores de sociologia na região de Santa Maria. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), encontramos uma particularidade no que diz respeito à **licenciatura** em Sociologia: o curso EaD foi criado anteriormente ao curso presencial.[19]

O curso de licenciatura em Sociologia à distância teve seu primeiro vestibular e a primeira turma iniciada em 2009, e o presencial, em 2010; isto aconteceu – o curso EaD ter sido implantado antes do presencial –, segundo a coordenadora do curso à distância, por motivos burocráticos, não detalhados por ela.

Segundo a coordenadora o curso EaD não é um curso de "fluxo contínuo", ou seja, de entrada anual pelo vestibular, pois depende de editais – especialmente que "financiem" a implantação do curso. Para que seja aprovada uma nova turma, há a convocação de uma reunião de Departamento. Apesar de afirmar que o curso não está associado ao Departamento, é preciso legitimar a criação do curso pelo mesmo.

A entrada para o curso se dá pelo processo seletivo organizado pela COPERVES (Comissão Permanente de Vestibular da UFSM), que realiza uma prova específica aos candidatos aos cursos de ensino a distância. Destaca-se que no vestibular de 2009, a inscrição custou R$ 75,00, sendo possível que os candidatos entrassem com um pedido de isenção – somente aqueles que fazem parte do cadastro único de programas sociais

[19] Cabe salientar que em agosto de 2007, foi criada uma turma única – ou turma especial – em licenciatura em Sociologia. Este curso era destinado aos bacharéis em Ciências Sociais, egressos da UFSM, que ao cursar quatro semestres letivos, com disciplinas relacionadas à formação de professores, obtinham o título da licenciatura.

do governo federal, ou seja, membro de uma família de "baixa renda", que é a família que possui renda de até três salários mínimos.

No vestibular de 2009, já vigoravam as chamadas "ações afirmativas", denominadas pela UFSM de "Sistema Cidadão Presente", nas categorias: (A) afrodescendentes (11% das vagas), (B) portadores de necessidades especiais (5% das vagas), (C) estudantes de escola pública – que tenham cursado todo o ensino fundamental e médio na escola pública (20% das vagas), (D) indígenas (20% das vagas) e (E) aos demais candidatos, sejam aqueles que não se enquadraram nas categorias acima ou não tenham optado por elas (65% das vagas)

Tabela 8 – Relação Candidato X Vaga – Lic. Sociologia EaD (2009)

VESTIBULAR 2009 /EAD DA UAB - UFSM - SOCIOLOGIA
25/06/2009
Relação Candidato x Vaga - Cota

Cota	Presentes	Vagas	Densidade
Curso: 527.EAD.01 - SOCIOLOGIA - Agudo			
A - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE A - AFRO - BRASILEIROS	2	4	0,50
B - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE B - NECESSIDADES ESPECIAIS	0	2	0,00
C - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE C - ESCOLAS PÚBLICAS	24	8	3,00
E - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE E	34	26	1,31
Curso: 527.EAD.02 - SOCIOLOGIA - Foz do Iguaçu			
A - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE A - AFRO - BRASILEIROS	10	4	2,50
B - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE B - NECESSIDADES ESPECIAIS	0	2	0,00
C - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE C - ESCOLAS PÚBLICAS	69	8	8,63
E - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE E	66	26	2,54
Curso: 527.EAD.03 - SOCIOLOGIA - Restinga Seca			
A - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE A - AFRO - BRASILEIROS	4	4	1,00
B - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE B - NECESSIDADES ESPECIAIS	1	2	0,50
C - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE C - ESCOLAS PÚBLICAS	31	8	3,88
E - SISTEMA CIDADÃO PRESENTE E	68	26	2,62

Fonte: COPERVES

A prova consistiu em avaliar os candidatos nas disciplinas de Filosofia, História, Matemática, Química (com cinco questões cada uma) e uma redação (valendo dez pontos); total de 30 pontos. Essa prova foi aplicada especialmente aos candidatos do curso de Licenciatura em Sociologia a distância.

A escolha dessas disciplinas demonstra por parte da COPERVES uma grande incoerência em relação aos objetivos do vestibular EaD (facilitar o acesso à universidade); inclusive, por reproduzir estratégias de seleção com que já estamos familiarizados nas universidades públicas.

Se a intenção de um curso à distância, especialmente da UAB, é inserir aquele que está excluído da universidade, se o curso escolhido por este é sociologia, porque fazer uma prova objetiva na área de exatas, especialmente, em química?

Certamente, o resultado fraco por parte dos candidatos é reflexo dessa postura. Segundo dados da COPERVES, a nota de corte na maioria das categorias e polos foi de 5 pontos, o que representa um rendimento baixíssimo no exame, apenas 16% de aproveitamento da prova.

Esta prova foi realizada em junho de 2009 e a matrícula realizada em agosto, no semestre de início do curso.

No curso de Licenciatura em Sociologia a distância até o presente momento foram realizados dois vestibulares, nos anos de 2009 e 2011, com abertura de 198 e 200 vagas, respectivamente, como podemos ver na tabela abaixo.

Atualmente, o curso é oferecido em 8 polos de apoio presencial, localizados nos municípios de Agudo, Cachoeira do Sul, Picada Café, Quaraí, Restinga Seca, Santana do Livramento e Tio Hugo (todos no RS) e Foz do Iguaçu (PR).

Tabela 9 – VESTIBULAR: curso Licenciatura Sociologia EAD/UAB/UFSM

2009 (ano)	***2011 (ano)***
Agudo (40 vagas)	Cachoeira do Sul (50 vagas)
Foz do Iguaçu – PR (40 vagas)	Picada Café (50 vagas)
Restinga Seca (40 vagas)	Quaraí (50 vagas)
Santana do Livramento (40 vagas)	**Restinga Seca (50 vagas)**
Tio Hugo (38 vagas)	
TOTAL: 5 polos e 198 vagas	TOTAL: 4 polos e 200 vagas

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular (COPERVES). Elaboração própria

Ao todo são cinco polos que ao final do segundo semestre de 2013 terão a primeira turma de licenciados em sociologia à distância formados: Agudo, Restinga Seca, Santana do Livramento, Tio Hugo (RS) e Foz do Iguaçu (PR).

Conforme já apresentamos na introdução, devido às limitações (de tempo e recursos, sobretudo) para a realização do trabalho de campo, optamos por concentrar nossos esforços de pesquisa em apenas dois deles: Agudo e Restinga Seca. A escolha

desses polos está relacionada à proximidade geográfica – 70 km e 59 km, respectivamente – destes em relação a Santa Maria,município sede da UFSM.

Mapa – Localização polos / curso de Lic. Sociologia da UFSM/UAB (RS)

Legendas:
A: Quaraí – 348 km de SM
B: Santana do Livramento – 245 km de SM
C: Restinga Seca – 59 km de SM
D: Agudo – 70 km - SM
E: Cachoeira do Sul - 124 km de SM
F: Picada Café – 327 km de SM
G: Tio Hugo – 230 km de SM
Fonte: Google Maps

Ao fazer um levantamento geral da distância dos polos de apoio presencial e a cidade sede da UFSM, Santa Maria, percebemos que dos oito polos existentes, três deles são distantes por mais de 300 km da UFSM; dois deles fazem fronteira com o Uruguai: Quaraí e Santana do Livramento; o outro está a 327 km de Santa Maria e apenas 86 km da capital gaúcha (Porto Alegre), que é o polo de Picada Café. Há dois polos bem próximos de Santa Maria, a menos de 100 km, que são aqueles que escolhemos para fazer a pesquisa. Os outros: Santana do Livramento, Cachoeira do Sul, Tio Hugo estão entre 100 e 250 km da cidade.

Tabela 10 – Alunos inscritos nos polos do curso de Sociologia à distância (anos 2009, 2010 e 2011)

Polo	**Inscritos (2009)**	**Inscritos (2010)**	**Inscritos (2011)**
Agudo	31	24	21
Cachoeira do Sul	-	-	47
Foz do Iguaçu (PR)	38	28	12
Picada Café	-	-	46
Quaraí	-	-	48
Restinga Seca	39	35	71
Santana do Livramento	37	31	29
Tio Hugo	36	30	18
Total	181	148	292

Fontes: http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/COPLIN/Tabela_2.1.pdf e http://portal.ufsm.br/indicadores. Elaboração própria. (Março, 2013).

Entre os anos de 2010 e 2011, houve novo vestibular; e exclusivamente no polo de Restinga Seca, há duas turmas em formação, uma do ano de 2009 e outra de 2011. Em todos os outros polos, há apenas uma turma do curso de licenciatura em andamento.

Segundo dados da própria UFSM, entre os anos de 2009 (criação do curso) e 2011, a quantidade de alunos inscritos decresceu substancialmente. Através da análise da Tabela 9, podemos perceber que há uma grande oferta de vagas, porém, a evasão nos parece bastante elevada, como especificamos na Tabela 10. Se em 2011, ao todo eram 292 alunos matriculados, hoje (março de 2013) são 199, para suprir uma oferta de 398 vagas – ou seja, são praticamente 200 vagas ociosas, metade da oferta do curso em 9 turmas em andamento[20].

Em Agudo e Restinga Seca foram 40 vagas ofertadas em 2009 e até março de 2013 são 18 e 17 alunos matriculados, respectivamente.

Se compararmos ao curso presencial, a realidade é bem distinta. Ao longo dos últimos três anos, entraram 101 alunos pelo processo seletivo do vestibular para 136 vagas disponíveis. Atualmente, o curso presencial conta com 112 alunos matriculados, o que significa que houve reingressos ou transferências para o curso de licenciatura, qual seja o caso que não o processo seletivo tradicional realizado pela Comissão Permanente

[20] Esses dados foram obtidos através do endereço http://portal.ufsm.br/indicadores.

do Vestibular (COPERVES).[21] Em termos quantitativos, são apenas 24 vagas ociosas, o que representa 18% do total de vagas disponíveis.

Assim, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tem como um dos propósitos inserir populações interioranas afastadas do ambiente acadêmico, nos parece que não tem um plano básico de ação para a permanência desse grupo que consegue passar pelo processo seletivo do vestibular, porém, por razões que escapam aos propósitos do presente trabalho, não permanecem até o final do curso.

3.1 – Estrutura e Funcionamento da Licenciatura de Sociologia EaD

A licenciatura em Sociologia à distância integra o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), criado pela Resolução n° 021/2011, subordinado ao gabinete do Reitor para acompanhar e dar apoio tecnológico aos cursos ligados à tecnologia da comunicação e informação implantada pela UFSM. Seus principais objetivos previstos nesta resolução são:

- Democratizar o conhecimento científico para as diferentes camadas sociais;
- Proporcionar a emancipação coletiva e oportunizar o acesso ao saber acadêmico, visando à redução das desigualdades sociais;
- Implementar cursos e projetos de educação mediados por tecnologias educacionais, propostos pelas unidades universitárias da UFSM;
- Acompanhar e dar apoio tecnológico aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas modalidades educacionais mediadas por tecnologias educacionais;
- Promover a pesquisa sobre tecnologias educacionais, formas e instrumentos de açãoem rede;
- Desenvolver, produzir e disseminar ferramentas tecnológicas para a utilização didático-pedagógica;
- Fomentar e difundir as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC no ensino, estimulando a autoria junto aos professores e estudantes da instituição e

[21] No curso presencial foram realizados quatro vestibulares (para os anos letivos de 2010, 2011, 2012 e 2013), que disponibilizaram respectivamente 32, 32, 32 e 40 vagas, somando no total 136 vagas.

disseminar o conhecimento produzido para as escolas públicas de ensino fundamental e médio;

- Desenvolver convênios e parcerias com empresas e outras instituições de ensino governamentais e não-governamentais para promover a educação mediada por tecnologias educacionais;
- Cooperar com as unidades de ensino, no intuito de manter e desenvolver a excelência acadêmica, criando oportunidades para a integração e a convergência entre as modalidades educacionais presencial, semipresencial e a distância. (UAB/UFSM, site)

O NTE, em articulação com o Departamento de Registro Acadêmico, "controla e organiza alguns aspectos da vida acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação da UAB/UFSM como: supervisão de registros acadêmicos; supervisão de lançamentos de notas; reajuste de matrículas; relatórios, entre outros". (UAB/UFSM, site). Está organizado nos setores (1) administrativo-financeiro, cuja principal função é gerir os recursos e projetos do Núcleo; (2) coordenação de polo, que mantém contato com os polos dos cursos a fim de supervisionar o andamento e estrutura dos cursos; (3) coordenação multidisciplinar, cuja função é dar assistência aos coordenadores de polo, de curso e tutores; auxiliar na elaboração de materiais didáticos por meio do "Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem"; capacitar professores e tutores; dar suporte ao acesso à plataforma *moodle*.[22]

No documento não está explícito como são selecionados os servidores para trabalhar no Núcleo. Supõe-se que fica a critério do reitor estabelecê-los.

Segundo entrevista com o coordenador da UAB na UFSM, os cursos oferecidos na universidade – desde 2006 – não são regulares, pois dependem de financiamento via edital, como já anteriormente havia afirmado a coordenadora do curso. Cabe ao NTE fazer esse planejamento e submetê-lo à CAPES, que é a responsável pela questão orçamentária do Convênio UAB.

[22] O *moodle* (Modular ObjectOrientedDynamic Learning Environment) é um sistema de gestão de aprendizagem na modalidade à distância. É o "local" em que o aluno terá acesso ao curso. Esta página é de uso restrito a alunos, professores, tutores e coordenadores, sendo assim não tivemos condições de explorá-la. O endereço eletrônico é http://cead.ufsm/moodle.

3.1.1. Estrutura Curricular

A licenciatura à distância tem a duração de oito semestres (apesar do registro de 9 semestres no PPC) e um total de 2.910 horas; a base curricular é a mesma do curso presencial. O que as difere são 100 horas de atividades complementares de graduação destinadas à participação em congresso, cinema, teatro etc. No curso presencial essas horas são cobradas, porém no EaD não são cobradas, segundo a coordenadora do curso, por um erro na formulação do PPC.

Do primeiro semestre de graduação até o sexto, o aluno cursará disciplinas obrigatórias. De modo sucinto, vamos apresentar o currículo[23], para que possa ficar clara a composição do curso. Destacaremos algumas disciplinas para posteriormente tecer alguns comentários.

No primeiro semestre estudará: Economia Política A; Introdução às Ciências Sociais; Geografia Humana e Econômica; História Econômica, Política e Social Geral; **Psicologia da Educação**.

No segundo semestre cursará: Sociologia I; Política I; Antropologia A; História Econômica; Política e Social do Brasil; **História da Educação**.

No terceiro semestre, cursará: Sociologia II; Política II; Antropologia B; Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica; **Didática em Sociologia I**.

No quarto semestre, cursará: Sociologia III; Política III; Antropologia C; Educação Especial (Fundamentos); **Didática em Sociologia II; Estágio Curricular Supervisionado I.**

No quinto semestre, cursará: Métodos e Técnicas de Pesquisa; Epistemologia das Ciências Sociais; **Sociologia da Educação A; Antropologia da Educação; Estágio Curricular Supervisionado**.

No sexto semestre, cursará: Projeto de Pesquisa nas Ciências Sociais A; **Libras A; Estágio Curricular Supervisionado III**e duas Disciplinas Complementares de Graduação (DCG's).[24]

[23] Estas informações correspondem ao Fluxograma da Grade Curricular – curso de licenciatura em sociologia. Ver em anexo.

[24]DCG's são as disciplinas complementares de graduação, ou seja, são disciplinas que em geral o aluno tem a opção de escolher aquelas que mais se aproximam da área de seu interesse.

No sétimo semestre cursará: **Estágio Curricular Supervisionado IV** e quatro DCG's.

No oitavo semestre, apenas cursará cinco DCG's.

Nota-se no currículo a presença das disciplinas relacionadas à Educação desde o primeiro semestre do curso, no total são 930 horas/aula e são ministradas pelos Departamentos do Centro de Educação e pelo Departamento de Ciências Sociais. Este é um aspecto positivo, uma vez que os licenciandos já começarão a refletir sobre a Educação desde o primeiro ano do curso.

As DCG's são disciplinas vinculadas pelos docentes do Departamento de Ciências Sociais, no PPC há a apresentação delas, dentre as algumas foram destacadas (em negrito) nas entrevistas que realizamos com alunos(as) do curso: "**Estudo de Gênero**", "**Sociologia da Família**", "Estado e Política no Brasil", "A construção do conhecimento em Sociologia", "A sexualidade nas Ciências Sociais", "Pensamento Social Brasileiro", "Globalização e Cidadania", "Memória e Sociedade", "Novas Tecnologias e Cibercultura", "Sociologia Aplicada à Administração", "Sociologia da Gestão de Populações", "**Sociologia das Profissões**", etc. Não necessariamente todas as DCG's acima foram já ofertadas até o presente momento.

Segundo a coordenadora do curso, as DCG's deveriam ser disciplinas "optativas", mas como o número de alunos do curso à distância é reduzido e custoso oferecer uma grande oferta de disciplinas para que poucos se matriculem, ela torna-se obrigatória aos alunos do curso EaD. Então, são oferecidas DCG's específicas e os alunos obrigatoriamente se matriculam para cumprir os créditos exigidos.

Acreditamos também que seja pelo fato de que seja muito "custoso" montar um quadro de professores que se disponibilizem a oferecer os cursos em EaD a um pequeno número de alunos, uma vez que estes professores já estão sobrecarregados pelas demais tarefas profissionais e nem sempre aceitam a lecionar no EaD para ganhar uma bolsa da UAB.

Ainda em análise ao PPC, o curso chama-se Sociologia e não Ciências Sociais exatamente pela ênfase na formação sociológica. Porém, em entrevista, a coordenadora do curso nos disse que o nome do curso está relacionado ao nome da disciplina na escola, mas que estão repensando a escolha, planejando modificá-lo para Ciências

Sociais caso abra uma nova turma, pois grande parte das licenciaturas oferecidas no país são denominadas desta forma.

Não faz parte do currículo a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC). Comumente realizado nos cursos de bacharelado, este trabalho representa a inserção do aluno no "mundo" da pesquisa. Afinal, a universidade tem como base os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, e o TCC é o reflexo do trabalho de pesquisa, de observação, análise e reflexão do aluno no processo formativo na vida acadêmica, desenvolvida na universidade. Porém, essa parte tão significativa da formação universitária parece ter sido descartada, não somente pela UFSM, mas pelo MEC, na formulação do curso de licenciatura à distância, especialmente.

Por isso, consideramos de suma importância que esteja presente no currículo de qualquer que seja a licenciatura – embora saibamos que não seja "obrigatório" a esses cursos, o que de fato já representa um respeito à formação acadêmica de um professor.

O professor da escola básica deve ser também produtor de conhecimento, portanto, como diria Gramsci (1989), "um intelectual orgânico, aquele que tem a capacidade de conceber o seu trabalho teoricamente" (FREITAS, 2012) e o primeiro passo para isso, é desenvolver este "olhar" durante a graduação. O espaço escolar é também espaço de pesquisa e isso tem sido bem apresentado em apresentações em seminários, congressos na área de ensino de sociologia, como no último ENESEB, realizado em junho de 2013.

3.1.2 – Trabalhadores à Distância

O curso de Licenciatura em Sociologia à distância tem a sua particularidade em inúmeros aspectos. Já vimos por ora, que os alunos não cumprem a carga horária de atividades complementares, horas estas imprescindíveis para a formação extra-acadêmica, onde a vivência fora do espaço universitário é reconhecida, inclusive, como espaço de desenvolvimento intelectual.

Outra questão que colocamos é a ausência do incentivo à pesquisa na área da licenciatura, uma vez que a escola é um espaço de produção de conhecimento; entretanto, os alunos da EaD não fazem o TCC (como no curso presencial) e estão assim

afastados do espaço de pesquisa, ou seja, da produção científica, como iremos detalhar mais a frente.

Uma das maiores particularidades em um curso a distância é em relação aos trabalhadores envolvidos, os principais responsáveis pelo seu pleno desenvolvimento (além do setor técnico responsável, NTE). Iremos destacar cada um deles, apresentando a sua participação na execução do curso. São eles:

- Coordenadora do curso
- Coordenador de tutoria
- Tutor presencial
- Tutor à distância
- Professores da UFSM e convidados

No site da UFSM[25], não tivemos acesso a lista do professores que integram o curso de licenciatura ou que já lecionaram. Tivemos acesso apenas informalmente a uma lista de docentes disponibilizados no relatório de avaliação do curso feito pelo INEP e ao todo são vinte e dois docentes, sendo um deles em regime de trabalho parcial e com vínculo CLT e os demais estatutários. Como dissemos anteriormente, não necessariamente são os mesmos que lecionam no curso EaD.

Geralmente, por semestre são cerca de cinco ou seis docentes ligados à licenciatura EaD, já que estão relacionados ao número de disciplinas oferecidas.

Em algumas disciplinas, alguns docentes são convidados pela coordenação de curso a ministrá-las, como a DCG, Estudos de Gênero, uma disciplina ministrada por uma professora que não faz parte da instituição – porém é remunerada "normalmente" com a bolsa Capes/UAB. Porém, isto não ocorre com a maioria das disciplinas oferecidas, geralmente são professores da própria UFSM que ministram as disciplinas – todos eles doutores, inclusive.

A **coordenadora do curso** é professora na UFSM há 22 anos, já atuou como coordenadora do curso de bacharelado em Ciências Sociais e por 8 anos foi chefe do

[25] O curso de licenciatura em Sociologia à distância não tem um site específico, está atrelado ao site da UFSM/UAB, com maiores detalhes em relação à professores, disciplinas do semestre, material, lista de discentes.

departamento de Ciências Sociais. Está na função de coordenadora do curso EaD desde agosto de 2011, quando anteriormente ocupava o cargo de coordenação de tutores. Até o momento da entrevista não havia sido professora de nenhuma disciplina EaD, porém localizamos no site da UAB/UFSM – onde já estão disponíveis os nomes das disciplinas e dos respectivos docentes para o próximo semestre –, que ela lecionará duas disciplinas: Sociologia da Educação A e Antropologia da Educação.

A coordenadora conta com uma secretária/estagiária para administrar os afazeres burocráticos do curso, mas até a nossa visita não havia sido contratada a "nova estagiária". Até então já passaram pelo cargo duas estudantes, sendo uma delas, aluna do curso EaD, moradora de Santa Maria.

Na ocasião do trabalho de campo, percebemos que a Secretaria do curso de Licenciatura em Sociologia à distância funciona na mesma sala do curso de Licenciatura em Sociologia presencial.

A coordenadora do curso recebe a bolsa Capes/UAB no valor de R$ 1.500,00 durante os doze meses do ano. Não conseguimos saber qual é a carga de trabalho estipulada a esta função, mas pressupomos que seja 40h, desvinculado à carga que ela já acumula na função de professora da graduação e pós-graduação (dentro e fora de sala de aula).

O **coordenador de tutoria** está no cargo desde o final de 2011, desde quando a atual coordenadora do curso EaD assumiu tal função. Já ministrou disciplina ligada à área de Ciência Política no curso EaD; é também professor da graduação presencial e da pós-graduação. Sua principal função é orientar e acompanhar o trabalho dos tutores presenciais e a distância:

> Eu tenho a função de controlar os tutores a distância, mais do que os presenciais. Os presenciais, quem controla é o coordenador do polo. (...) A minha vista aqui é muito por cima. Deixa de ser por cima quando um professor vem e diz'tá dando problema com tutor'. Aí, para tudo, e aí sim, tu concentra o esforço. A regra é passar uma vez por semana os olhos. Coisa que, por exemplo, eu faço no sábado das onze horas ao meio dia, eu consigo fazer esse levantamento, dá pra fazer. O pior é que você pega um tutor que vê o meu ciclo ali, ele dá um entrada na sexta de noite, ele supre as 24h. No entanto, ele não sabe, eu posso pegar depois ele pela freqüência. Tem controle, tem controle. A gente faz esse controle. (...) O ideal é a gente ficar monitorando superficialmente e esperar os problemas. Eles podem vir de três níveis: do professor da

> disciplina, do coordenador do polo e dos alunos. (Coordenador de tutoria)

Nota-se a presença da palavra "controle" na fala do coordenador e que esse "controle" é exercido superficialmente, só é preciso de uma intervenção maior quando há algum "problema" em relação ao trabalho do tutor presencial ou à distância.

Em relação à carga horária de trabalho (seja para ele que é coordenador, como para professores, tutores e até mesmo alunos), a orientação, segundo o coordenador de tutoria, é para que não se marque atividade, trabalho para domingo. No entanto, não é difícil perceber que muitos deles utilizam este dia para trabalhar, pois é o dia considerado "livre", que pode "render mais".

> A orientação da UAB é para não trabalhar domingo. Para mim é. (...) A UAB tenta colar a 'letividade' dos dias da semana com o trabalho. Domingo não é dia letivo. (...) Uma balela, todo mundo trabalha o tempo inteiro. Eu torço para chegar feriado para trabalhar porque eu consigo render mais. Sábado e domingo é um dia estratégico. (Coordenador de tutoria)

O coordenador de tutoria ganha uma bolsa no valor de R$ 1.400,00 durante os doze meses do ano, e segundo o próprio, cumpre uma jornada mínima de 15h semanais.

O **tutor** tem a função de assessorar e auxiliar o professor/formador, acompanhar os alunos e orientá-los nas atividades, não somente em relação às disciplinas, mas também a questões de organização e administração do curso.A seleção dos tutores se dá por meio de processo seletivo.

A remuneração do tutor (presencial e à distância) é feita por uma bolsa no valor de R$ 765 reais durante a vigência da disciplina, ou seja, quatro meses, pela Capes/UAB. Não há qualquer valor adicional como férias ou décimo terceiro salário. O valor desta bolsa está em vigência há três anos, como vimos na tabela em capítulo anterior. A carga horária de trabalho do tutor presencial é de 16h semanais, acompanhadas pela coordenação de polo.

O **tutor presencial** atua no polo de EaD – município onde o curso é ofertado – e tem como principal função auxiliar os alunos em um primeiro momento, nas dificuldades de acesso à plataforma *moodle*, uma vez que muitos alunos não dominam o

uso do computador e do sistema operacional; posteriormente, segue acompanhando-os nas atividades do curso, lembrando-os das principais atividades a serem realizadas. Aplicam as provas presenciais, organizam os alunos em grupos de estudos, podem organizar o material do curso de forma impressa, caso seja necessário.

Um tutor presencial acompanha cerca de 25 alunos.

Falaremos detalhadamente sobre as suas atividades nas seções que seguem, quando descrevermos os polos visitados.

Segundo o PPC, a formação básica exigida para assumir a função de tutor presencial é a graduação em Ciências Sociais, porém nos dois polos visitados, as tutoras são formadas na área de Pedagogia.

O **tutor à distância** é o "auxiliar" do professor/formador da disciplina, que atua como mediador e orientador das atividades previstas em cada disciplina e acompanha o desenvolvimento dos alunos, especialmente no ambiente virtual, ou seja, na plataforma *moodle*. Em geral, cada disciplina conta com o auxílio de dois tutores à distância, e este se encarrega de acompanhar com dois polos, ou seja, duas turmas.

> Ele tem que ter uma relação direta com os alunos, tirar dúvidas, chamar o pessoal, tipo, "olha faltam dois dias para a entrega do trabalho tal"; "fiquem atentos a..."; meio que deixar eles dentro do curso e das atividades que estão sendo dadas no curso. (Tutora EaD)

O tutor a distância necessariamente precisa ter formação específica na área de Ciências Sociais, seja graduação ou pós-graduação.

Segundo a tutora que entrevistamos, a coordenação do curso explora o perfil do tutor para direcioná-lo às disciplinas de acordo com área de pesquisa e interesse acadêmico. Então, um tutor cuja trajetória acadêmica esteve vinculada à área da Antropologia, dificilmente será tutor de uma disciplina de Ciência Política.

A forma como trabalha varia de acordo com o professor da disciplina. O tutor tem de estar preparado para dialogar com os docentes, pois cada um demandará de uma determinada forma os seus tutores.

> Agora é a primeira tutoria que eu não faço parte do processo de discussão das aulas mesmo. Quando eu era tutora da professora A, eu a ajudei bastante na elaboração de aula, pra pensar as provas, até para colocar as coisas na página. (Tutora EaD)

> Ele [tutor a distância] opera quase – sublinha o quase – como professor, quase; perto do professor. Aí depende do tipo de intervenção que o professor prefere. Ele quer o tutor mais atuante cognitivamente ou ele quer o tutor assessorando muito mais? Tá? Teve casos aí que praticamente os tutores deram aula. Nós temos informações disso (...). (Coordenador Tutores)

Cumpre enfatizar que não é função tutor (presencial e à distância) ter a responsabilidade do professor, de "dar a aula".

Cabe ao tutor tirar as dúvidas dos alunos em relação às aulas (eles têm um prazo de até 48 horas para respondê-los); certas vezes corrigirão as questões dos exercícios ou poderão ser solicitados para a elaboração do material.

> A gente tirava dúvidas semanalmente dos alunos (...). Só apareciam nas janelas de vídeo eu, a Professora D, e a outra tutora, os alunos não apareciam. Com a Professora A, a gente ia no CPPD, que daí eles gravam a aula, transmitem ao vivo, e os alunos mandavam perguntas e a gente ia respondendo. (Tutora EaD)

Segundo a tutora que entrevistamos, ela participou da elaboração de material didático, que, aliás, é pensado justamente para o aluno EaD, que passa por limitação de tempo de estudo, bem como acesso restrito aos livros teóricos clássicos, comumente lidos nas disciplinas do curso de Ciências Sociais:

> A quantidade de leitura dos alunos EaD é muito muito menor do que a carga de leitura que a gente tem no presencial. Há uma preocupação de pensar em textos chaves para queo aluno tenha conhecimento sobre o que ele tá fazendo, mas que ele não precise perder tanto tempo como perderia de ler os clássicos, por exemplo. (...) Há uma preocupação em dar o conteúdo mais condensado. (...) Até porque eles não têm acesso a esse tipo de livro [na biblioteca do polo]. (Tutora EaD)

Sobre sua experiência em relação aos professores das disciplinas, a tutora afirma que percebe como aqueles que não fazem parte do quadro docente da universidade podem se dedicar mais ao curso EaD, a uma melhor construção das aulas:

> Eu tenho quase certeza que as melhores aulas não são dadas por professores da UFSM. Porque os professores da UFSM têm as aulas da graduação [presencial] para dar, as aulas do mestrado para dar, então, ele acumula tanta função que ele não tem tempo. Com a Professora D [que não é do quadro de professores da universidade] a gente tinha discussões semanais, a gente se via toda a semana, a gente discutia os textos, a gente discutia por Skype quando não conseguia se reunir. (...) Foi uma construção conjunta com a Professora D. (Tutora EaD)

Certamente, nesta fala não há uma desvalorização do professor da instituição, inclusive, porque os mesmos, em suas falas, apresentam o seu descontentamento em relação à sobrecarga de trabalho, pois devido às múltiplas tarefas já comprometidas com a função docente, não conseguem se dedicar com grande afinco às turmas EaD.

A carga horária de trabalho dos tutores à distância é de 20h semanais, sendo estas acompanhadas pelo coordenador de tutoria.

*****

O dia-a-dia do curso de Licenciatura a distância é basicamente virtual. Os alunos acessam a plataforma *moodle,* cada disciplina tem a sua "página", onde lá encontrarão os materiais aula a aula trabalhados: textos anexados, vídeos sugeridos e o material didático produzido pelo professor da disciplina. Há espaço para discussão, caso o professor exija uma maior participação dos alunos em determinada aula, chamado de "fórum".

Não tivemos a oportunidade de explorar o *moodle*, uma vez que este tem o acesso restrito; só acessamos quando alguns de nossos entrevistados nos mostraram a página do curso.

As disciplinas são ministradas pelos **professores da UFSM (ou convidados)** em sua totalidade à distância. Isto porque os professores (alguns) vão aos polos apenas (e no máximo) uma vez por semestre, financiados pelas diárias da UFSM/UAB. A

universidade arca com os custos da viagem dos docentes, disponibilizando ainda um carro com motorista para os deslocamentos entre Santa Maria e os polos.

O NTE indica, segundo o vice coordenador, ao professor que visite o polo apenas para aplicar a prova presencial – obrigatória uma vez por semestre –, este seria então o único momento de contato "real" entre alunos e professores.

No entanto, nas entrevistas em que realizamos os professores se mostraram aviltados em ter que se deslocar durante quatro ou cinco finais de semana durante o semestre letivo e muitas vezes por 350 km para "apenas" aplicar uma prova. Quando é necessário ir ao polo, estão dispostos a estar em sala de aula, apresentando a disciplina, tirando dúvidas, reconhecendo que é neste momento que podem estar mais próximos e perceber as reais necessidades de cada aluno:

> Eu prefiro dar aula presencial do que ir lá fazer prova para os alunos. Todas as vezes que eu dei aula eu fui pelo menos uma vez aos polos, em alguns polos que eu fui duas vezes. É bem trabalhoso, né? Mas eu prefiro ir até o polo conhecer os alunos, dar uma aula do que eu ir lá só para aplicar uma prova, como é a recomendação. Prefiro dar uma prova *online* ou fazer um trabalho. (...) Se tem um mecanismo *online*, se é tudo feito *online*, por que não fazer uma prova *online*? (professora B UFSM)

> Como só o professor pode ir ao polo [não são pagas diárias ao tutores EaD], eu nunca consegui ir a todos os polos no semestre. É terrível! São cinco finais de semana que eu tenho que ir para o outro lado do Estado, de um lado para outro, sabe... (...) A indicação que temos para ir [ao polo] – não sei se é da coordenação ou na lei – em dia de prova, para aplicá-la. Eu NÃO VOU aplicar prova, porque eu sou professora! Eu vou para o polo para dar aula! Porque as pessoas têm uma necessidade enorme de contato com o professor e têm uma necessidade... aquela coisa da oralidade quase insuperável, que é: o que quer dizer essa palavrinha aqui? Às vezes teu olhar, tu olha na sala de aula e vê onde é que tá aquele olhar. Aquilo faz muita diferença! (professora A UFSM)

A coordenação do curso, segundo essas professoras, é bem simpática em relação à presença dos professores nos polos – em relação à docência. O que nos parece é que há uma divergência de concepção **do que é e deveria ser** o ensino a distância na UFSM. Percebemos que há um grupo que **pensa e implementa (coordenador NTE e UAB/UFSM)** os projetos de ensino a distância na universidade de forma diferente daqueles que o **executam** de fato, no caso, coordenador de curso e professores.

> O professor não necessariamente tem que se deslocar ao polo [para dar aulas presenciais], né? Tem que haver uma avaliação presencial. Essa avaliação presencial, geralmente é realizada pelo professor. (Coordenador UAB/UFSM)

Questionado sobre o fato de que se a avaliação da disciplina acontece num mesmo dia em todos os polos onde o curso é oferecido, como o professor da disciplina poderia estar presente em quatro ou cinco polos ao mesmo tempo, o Coordenador da UAB na UFSM respondeu-nos que

> (...) Se há [outro] professor que se disponibilize a fazer isso, sim. Por exemplo, professor da disciplina de Sociologia I, vai para o polo tal, mas o outro professor que atua no curso, mas não é responsável pela disciplina, ele pode ir lá para cuidar. (Coordenador UAB/UFSM)

As falas acima parecem indicar a falta de um espaço para a construção coletiva, intervenção e diálogo permanente entre NTE e os coordenadores, professores do curso para se pensar e repensar o ensino a distância na universidade.

Isso se mostra claro quando a professora entrevistada, que tem uma experiência em docência em EaD, relata a prática desenvolvida na universidade federal que anteriormente trabalhara

> Aqui na UFSM, por exemplo, a EaD tá muito vinculada a coordenação geral de EaD, que é coordenada por uma determinada coordenadoria, não é a coordenação das Ciências Sociais, é a coordenação dos cursos EaD da UFSM. Ela é bem menos aberta, essa coordenação do que da realidade que em encontrei em Minas. Em Minas, por exemplo, a gente tinha consciência de que estávamos trabalhando com uma nova ferramenta. Então, a gente tinha toda equipe dos professores da Educação, das Ciências Sociais, da Psicologia e nós tínhamos reuniões semanais. Recebíamos formação tecnológica, de instrumentos tecnológicos, discussões sobre avaliação, outras formas de avaliação, outras formas de interpelação do aluno que não fosse exatamente a oralidade, e nem só a escrita. (Professora A)

Nota-se que a função social e trabalho do professor universitário se mostra totalmente descaracterizado pelo projeto de ensino a distância especialmente proposto

pela UFSM. A concepção de EaD é aquela onde o aluno não tem nenhum contato pessoal com o professor e este, por sua vez, é visto como um "aplicador de provas", um "professor tarefeiro" que Cunha (2012) tão bem explicou como

> Um professor tarefeiro não pode ser considerado uma profissão intelectual, já que a maioria de suas atividades é de natureza mecânica – reproduzir, realizar tarefas. Um intelectual é aquele que tem a capacidade de conceber seu próprio trabalho teoricamente. (CUNHA, 2012:14).

Inclusive porque o professor precisa desenvolver o material da disciplina, diagramá-lo, tirar as dúvidas na internet, gravar algum vídeo, etc. Vejamos o que uma professora diz em relação à produção do material didático para ministrar a disciplina:

> A minha maior reclamação é em relação do suporte do NTE. Eles nunca ajudaram muito. A primeira vez que eu fiz o material, eu não sabia nada. Você ligava lá e eles não te ajudavam. Não sabia como fazer, não sabia como mandar, não sabia como formatar. Aí eu ia ouvindo o que um professor, o que o colega meu dizia... e foi me dando uma irritação, porque eu acho isso uma falta de consideração comigo e com os alunos. Várias vezes que eu fui lá, a responsável por isso estava de férias, era a única responsável por isso e não tinha ninguém em seu lugar para me auxiliar. Até que depois de muita insistência, de muita chateação, eu encontrei professoras das disciplinas EaD, que dão várias disciplinas ali e sentaram comigo para explicar várias coisas. Houve um intervalo muito grande entre a minha capacitação e o momento em que comecei a dar as aulas, foram 1 ano e meio, eu já tinha esquecido de tudo. (Professora B UFSM)

A essência do que é ser professor, se perde à medida em que o aluno passa a ser um aluno virtual, onde você não o conhece, não sabe das suas necessidades especiais. Qual é o intelectual que se submeterá a condições de trabalho como estas frente às demais demandas fundamentais da universidade pública como a docência, pesquisa, produção acadêmica e projetos de extensão? Questionada a respeito, afirmou-nos uma professora:

> A Capes que te exige de um lado uma excelência acadêmica, você tem que ter um ritmo mercadológico de produção do conhecimento e de fino trato, desencadeia o processo de formação de professores a distância. Eu fico pensando se isso é bom, se isso vai criar um mercado que vai

> qualificar, se isso é uma grande hipocrisia ou se isso é simplesmente uma grande ironia. Eu não sei o que pensar em nível estatal porque eu acho que em termos do Estado [governo federal] tem pouco apoio. (...) Porque não entra no seu regime didático, você faz com uma bolsa, você faz além das suas 40h. Ou você faz mal a atividade da EaD ou você vai deixar de fazer alguma coisa nos cursos. (Professora A)

Esta problemática é também colocada pela coordenadora do curso, uma vez que os professores sobrecarregados de atividades não aderem à licenciatura a distância na UFSM:

> O que está acontecendo... nós estamos absolutamente sobrecarregados. Por que? É o presencial, é o ensino a distância, é a pós-graduação, são as exigências direto da Capes nos cobrando publicação, publicação, publicação. E o ensino a distância nos toma tempo, embora ele seja pago. A gente ganha bolsa da Capes, nós somos bolsistas. Mas não está mais chamando a atenção os mil e trezentos reais. (Coordenadora do curso)

Neste caso, como a bolsa não é "chamativa" para muitos professores da instituição, a coordenadora convida professores de fora da UFSM para ministrar os cursos, geralmente são professores mestres e doutorandos de outras instituições, como a UFRGS.

Essa sobrecarga tão expressa nas falas acima representa a intensa carga horária de 40 horas já previstas pelas atividades docentes acrescidas às 15h que o curso EaD exige e certamente extrapola; visto que ser professor EaD exige um acompanhamento permanente das atividades postadas no *moodle*, diálogo com os tutores a distância, preparação das aulas e tarefas, realização e correção de provas e elaboração do material didático a ser trabalhado.

> A gente trabalha 40h, que não são 40h, são 60h, 70h; ainda mais com a aula na EaD. É uma sobrecarga absurda de trabalho. (Professora A)

Como ser docente EaD é uma escolha "livre", segundo a coordenadora, muitos novos professores que chegam à universidade, não estão interessados em assumir as

disciplinas EaD “em troca” de quatro parcelas de uma bolsa de R$ 1.300,00, por semestre.

Cabe esclarecer como é realizado o pagamento do trabalho do professor que leciona no curso EaD. Todo docente que ministra disciplina é remunerado com bolsas Capes/UAB no valor de R$ 1.300,00 durante o período do semestre, ou seja, por quatro meses de trabalho ele receberá um total R$ 5.200 reais. Este docente é chamado de “professor-pesquisador” pela UAB.

Quando a disciplina é ministrada pela primeira vez, o docente recebe bolsas de R$ 1.300,00, para o **desenvolvimento do material do curso**, o que em geral é chamado de “apostila”, disponibilizada na plataforma *moodle*. Este docente é chamado de “professor-conteudista” pela UAB. É importante destacar que as “bolsas” destinadas à produção deste material (durante os quatro meses do semestre letivo) são pagas apenas uma vez a cada disciplina/autor didático.

Então, para a UAB há dois tipos de professores: o professor-pesquisador e o professor-conteudista. Está clara a visão dicotômica da função docente para a UAB, um que ministra a aula e outro que produz material; embora na prática sejam as mesmas pessoas.

Em outras palavras, por exemplo, se o material de Introdução às Ciências Sociais foi produzido para a turma de 2009 pelo professor “X”, caso o professor “X” ou “Z”, em 2011, queira modificar o material, revisando-o, não será remunerado mais uma vez. Logo, o professor certamente não disponibilizará do seu tempo para fazer um árduo trabalho que não será remunerado.

Visto que o material desenvolvido para a disciplina não é revisado, isto representa a pouca importância que se dá à produção didática a um curso EaD, e, portanto, à responsabilidade que se têm em relação à qualidade deste material, uma vez que este é um dos principais instrumentos de aprendizagem do aluno; mesmo que não seja de total aprovação entre os professores, como relata a professora entrevistada abaixo:

> O aluno tá muito longe de ti. Aquele encontro semanal que você olha quem leu, quem não leu, embora você possa fazer [na EaD]... todas as semanas tem um exercício referente à bibliografia e tal. Mas na verdade, o aluno ele precisa de uma orientação mais retilínea. A

> desvantagem é que eles ficam, em geral, na apostila. A minha apostila tem uma introdução e depois tem os textos, na mesma linha do que estou dando no presencial. (...) Eles [alunos EaD] ficam mais na apostila.Quando eu dei uma disciplina sem apostila, eles ficaram absolutamente perdidos. (Professora A)

Outro aspecto que acarreta a impossibilidade de reelaboração do material e na necessidade de utilizá-lo – para que o andamento da disciplina seja satisfatório aos estudantes –, o docente tem a sua liberdade de cátedra ferida, perde a sua autonomia enquanto docente, como iremos abordar com mais detalhes no próximo tópico.

3.1.3 – Material didático e Avaliação

As disciplinas são ministradas com base em um material didático produzido pelos professores das disciplinas. Não é o único material de leitura dos licenciandos, porém é um dos principais materiais de estudo. Informalmente, tivemos acesso aos arquivos desses materiais. Nossa intenção não é fazer uma análise didática desse material, fizemos um levantamento da produção bibliográfica por disciplina, bem como a quantidade de páginas do volume.

Em geral, os materiais didáticos, comumente ditos como "apostilas", estão em um formato padrão (capa, sumário, apresentação equipe MEC, UAB, UFSM, professores autores e texto). Alguns professores apresentam a disciplina, bem como explicam a forma de avaliação. Apenas três disciplinas apresentaram exercícios em seu material, os demais, basicamente fizeram a exposição dos capítulos, com ilustrações, links para outros textos na internet.

Tabela 11 – Lista de Disciplinas/Materiais didáticos coletados

História	História econômica,	Sociologia I	Sociologia da	Estágio Curric.

Econômica, política e social geral	política e social do Brasil		Educação	Supervisionado I
Antropologia B	Introdução às Ciências Sociais	Política I	Antropologia da Educação	Estágio Curric. Supervisionado II
Antropologia C	Partidos e Legislativo no Brasil	Política II	Epistemologia das Ciências Sociais	Didática da Sociologia I
Educação Especial	Políticas Públicas, Gestão, Educação Básica	Política III	História da Educação	Didática da Sociologia II
Economia Política A	Geografia Humana e Econômica	Métodos e Técnicas de Pesquisa	Psicologia da Educação A	

Fonte: Elaboração própria.

Tratando-se da questão de avaliação dos alunos nas disciplinas, elas são presenciais e obrigatórias – realizadas nos respectivos polos – no mínimo uma vez por semestre. Tem como peso na nota final 60%.

As outras formas de avaliação (40%) podem ser divididas em trabalhos, tarefas postadas, participação nos fóruns; ficando a critério do professor da disciplina. Em geral os professores exigem a participação semanal no *moodle*, com postagens de análise dos textos, respostas às questões ou mesmo a elaboração coletiva de texto sob uma ferramenta chamada *"wiki"*[26].

Caso o aluno não consiga a nota mínima (5,0) na disciplina, ele terá que fazer a chamada "Resolução 05", um regime especial de avaliação, amparada pela Resolução n°05/95. Essa espécie de "recuperação" independe se o aluno é EaD ou presencial, está normatizado na legislação da UFSM.

[26] Termo originário de "*Wikipedia*", um famoso site de enciclopédia, elaborado por "leitores" e pode ser modificado por qualquer pessoa. É um site produzido por leitores colaboradores.

O calendário do curso, em geral, é o mesmo que o do curso presencial, porém em decorrência da greve nacional das universidades federais, que ocorreu no ano de 2012 onde cerca de 90% das universidades federais aderiram, o curso EaD não parou, portanto, o ano letivo 2013 iniciou em março e no curso presencial, em abril.

Aliás, o afastamento dos alunos às questões coletivas da universidade é algo que consideramos bastante recorrente. Os licenciandos estão individualizados nas questões do curso, que até mesmo aqueles que são moradores da cidade de Santa Maria, estão ausentes nos debates e participação dos movimentos estudantis, e costumam ver a greve, por exemplo, como um problema para o bom andamento do curso, deixando de refletir de forma mais profunda sobre as questões da universidade, das condições estudantis, que certamente os afetam.

Recentemente o curso passou por uma avaliação do INEP, para o reconhecimento do curso. A sede (Santa Maria) foi avaliada, bem como foram sorteados dois polos: Foz do Iguaçu (PR) e Tio Hugo. Tivemos acesso ao relatório elaborado (restrito no sistema e-MEC) e que contou com os principais destaques: (1) o pouco incentivo à integração dos alunos EaD à pesquisa acadêmica, à iniciação científica; (2) falta de formação específica na área de sociologia, uma vez que o nome do curso é licenciatura em sociologia; os técnicos do INEP consideraram o PPC "abrangente" às áreas das ciências sociais – o que na verdade, parece-nos adequado, já que no ensino médio o professor ensina ciências sociais, não sociologia; (3) as atividades complementares constam no PPC, mas não são realizadas na prática; (4) os cursos EaD não foram incorporados na avaliação institucional e também não produziu "avaliações sistematizadas", apenas em âmbito de colegiado; (5) 80% dos tutores à distância são mestres ou mestrandos em ciências sociais; (6) dos 8 polos apenas dois tutores presenciais tem a formação em ciências sociais; (7) a coordenação divide a sala com o curso presencial; **(8) salienta-se a falta de experiência na educação de docentes, tutores presenciais e tutores à distância, atingindo um número inferior a 20%.**[27]

O conceito final do curso foi "muito bom", representado pela nota 4.

Nos próximos tópicos (3.2 e 3.3), faremos um perfil geral dos alunos de cada polo, bem como desdobrando seus relatos em relação ao curso, levantando as hipóteses dos professores e tutores, de que em cada polo há a sua especificidade; aqueles onde há

[27] Veremos que nos dois polos pesquisados, as duas tutores são professoras da rede básica.

um grande número de alunos já formados, inclusive na área de Ciências Sociais,em que o objetivo do curso seria o de garantir a segunda licenciatura;e aqueles que apresentaram uma grande dificuldade no andamento do curso, que já vêm de uma trajetória de subalternidade e encontraram no curso a realização de um sonho de entrar para a universidade pública.

3.2. Polo de Agudo

O município de Agudo está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, a 250 km de Porto Alegre e a 70 km de Santa Maria. Município de colonização alemã, atualmente vivem ali cerca de 17 mil habitantes, em sua maioria, na região rural. A principal atividade econômica da região é o cultivo de arroz, e de forma secundária, o fumo e o morango; além da criação de bovinos, suínos e ovinos. O comércio local é considerado forte em relação às demais cidades da região, porém o que impulsiona o desenvolvimento local é a atividade agrícola (LIPKEE VALENTE, 2010).

A escolha deste polo se deu pela proximidade geográfica com a cidade de Santa Maria, onde estávamos "fixados" por ocasião do trabalho de campo.

A UAB foi inaugurada no município em 2007, em um prédio de uma escola municipal. Em março de 2008, deu-se início à primeira turma, com o curso de pós-graduação *latu sensu* em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas a Educação (TIC's). Em 2009, foi inaugurado o primeiro curso de graduação no polo, o curso de Licenciatura em Sociologia e em 2012, passaram a oferecer os cursos técnicos.

Atualmente, o polo está localizado no centro da cidade, em um prédio de uso próprio, não mais na escola municipal, e recentemente passou por uma "revitalização". A estrutura do polo é composta por uma ampla sala de informática, duas salas de aula, um auditório, uma sala de tutoria e uma biblioteca.

Atualmente são oferecidos quatro cursos de graduação (todos pela UFSM): Pedagogia, Administração Pública, Letras/Português; Licenciatura em Sociologia; três cursos de pós-graduação (oferecidos pela UFRGS): Gestão Educacional, Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas a Educação (TIC's), Especialização em

Educação para a Diversidade; e quatro cursos técnicos oferecidos pelo e-TEC Brasil[28]:Administração, Contabilidade, Agroindústria e Informática.

A coordenadora do polo assumiu o posto no presente ano; já foi tutora de um curso de pós-graduação. Ela conta com o apoio de duas secretárias disponibilizadas pelo município. Durante as entrevistas, procuramos focalizar mais a atenção em outros "atores" mais ligados ao curso, como a tutora presencial e alunos. É importante ressaltar que apesar de receber a bolsa do MEC/Capes, o cargo também está atrelado ao governo municipal – pois a coordenadora está "cedida" ao polo –, sendo assim, não é incomum que a cada eleição do executivo seja modificado a coordenação de polo. Embora não tenha sido uma preocupação aparente da coordenadora de Agudo, isto se mostra na fala da coordenadora do outro polo visitado.

Pelo tempo restrito do trabalho de campo e também por questões objetivas, não conseguimos nos estender na permanência em Agudo. A visita foi agendada com alguns dias de antecedência; no dia e horário combinado realizamos a entrevista com a tutora presencial e um aluno do curso. Naturalmente que o contato "real" com os alunos seria dificultoso, por inúmeras questões, como impossibilidade de se ter um lugar comum e diário para encontrá-los – afinal, a sala de aula é "virtual" –, a pouca disponibilidade de tempo que esses alunos têm, pois em geral estão ocupados a maior parte do dia.

A tutora do curso de sociologia é formada na área de Pedagogia e atua também como professora de educação infantil há 24 anos, com carga horária de 40 horas em uma escola do município. Trabalha como tutora desde o início do curso (turma 2009) e cumpre uma carga horária de 16 horas, divididas em quatro noites. No início, foi responsável por acompanhar 40 alunos, porém com o passar do tempo, conforme a desistência dos alunos, tutoria apenas 18 alunos.

Segundo a tutora, suas funções são as de auxiliar nas dificuldades de acesso à internet e ao ambiente virtual (plataforma *moodle*), motivar o aluno, lembrar de alguma atividade que o aluno não entregou, aplicar as provas presenciais e participar de todas as aulas que ocorrem no polo.

[28] O sistema e-TEC iniciou em 2007 (âmbito nacional) e tem como objetivo oferecer cursos técnicos à distância. A sua organização é bem semelhante à UAB: consórcio entre o governo federal, estados e municípios, sendo que o MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Os estados e municípios são responsáveis pela estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens para a instituição dos cursos.

> Motivá-lo [aluno] a ler, ver se ele está acompanhando as atividades. Observar ali quando ele acessou, quanto tempo ele acessou, quantos dias faz que ele também não tá fazendo nenhuma atividade. A função da gente é chamar atenção: olha, tá faltando aquela atividade. (Tutora Presencial Agudo)

A tutora ainda organiza semanalmente um grupo de estudos presencial no polo para que a turma possa se encontrar e estudar juntos alguns textos. Quando perguntada o porquê de ter tido a iniciativa de criar esse grupo, ela responde:

> Por iniciativa minha, por gostar. Precisa ter também a parte presencial. Apesar de eu achar que hoje o curso à distância forma muito bem o aluno. Por quê? Porque ele tem que ler muito, porque ele tem que se preparar muito. Pensando nisso o que a gente faz se o aluno tem alguma dúvida? Uma vez por semana a gente faz os encontros presenciais no polo. A gente se encontra aqui à noite, das 7h às 9h30, 8h, 9h, tudo depende da atividade, a gente faz uma mesa redonda, a gente lê o texto, a gente começa a debater. É um grupo de estudos, que deu muito certo. (Tutora Presencial Agudo)

Neste caso, poderia mediar o encontro, organizar as atividades e tentar organizar as dúvidas para que posteriormente o tutor à distância pudesse respondê-las no ambiente virtual. É importante ressaltar que não é função do tutor presencial tirar as dúvidas do conteúdo das disciplinas, isto porque ele pode incorrer em erro, ao "ensinar" uma disciplina cuja área não é a de sua formação específica desta. Como podemos perceber o radical afastamento da realidade epistemológica e teórica do campo sociológico da tutora ao pensar sobre a sociologia enquanto ciência.

> A Sociologia tem muitos filósofos e a gente tem que estudar muito. Dependendo de como que tu faz a leitura eles são muitos semelhantes uns dos outros. Eles não se divergem muito. (Tutora Presencial Agudo)

Cabe ressaltar que a tutora é extremamente organizada com as questões que demandam o curso. Possui pasta e caderno onde anota todas as informações dos alunos, disciplinas, atestados médicos (falta em dia de prova) e calendário do curso, fichas de cada um, histórico escolar. Organização que ela mesma praticou, sem qualquer orientação da coordenação do curso.

Apesar de levantar a "bandeira" do curso à distância, especialmente porque considera que o aluno precisa "ler muito", ela diz que as aulas presenciais são muito importantes e que tiveram que "lutar" muito para que isso acontecesse ao menos uma vez por semestre em cada disciplina.

O aluno entrevistado no polo de Agudo trabalha na empresa da família e dispõe do turno da noite para estudar. Como trabalha inclusive aos finais de semana, sua rotina é bem intensa. A flexibilidade do local e horário de estudos foi a principal motivação para escolher o curso, porém imaginou que ele fosse semi-presencial.

Deu-se conta de que estava enganado quando a coordenadora do curso, em visita ao polo, os lembrou de que a "exigência" de ter um professor presencialmente não era possível da forma como desejariam. Então, que conseguiram ter as aulas presenciais com os professores ao menos uma vez no semestre. Ainda que seja realizado minimamente um encontro semestral, afirma que deveria haver uma maior interação entre aluno e professor.

Perguntado sobre as principais dificuldades enfrentadas ao longo do curso, o aluno não considera o curso fraco, acredita que talvez tenha faltado maior exigência do professor, uma maior cobrança em relação às leituras:

> Olha, eu não vi muita dificuldade, assim, no curso não. Eu até achei ele um pouco raso, sabe? Não vou dizer fácil, mas foi bem raso. O professor não exigia muito e tal. Quando você fazia um exercício era: escreva em poucas linhas, sabe, coisa assim; faça um resumo disso, daquilo. Eu não via muita dificuldade. A dificuldade maior era entender as teorias diversas que tem na sociologia. (Aluno Polo Agudo)

Sobre o uso do material, ele faz críticas severas à elaboração; considera fraco, diz que "dá pra pegar uma ideia geral", mas que falta material específico para o ensino à distância. Percebe que

> Carece de material específico para distância. Mídia, sabe, feita exclusiva para EaD. Muitas vezes os professores simplesmente "largavam" os PDF's, muito mal tirados. Livros também a gente não tem muitos livros aqui. As aulas via *web* também fraquíssimas, não teve nenhuma que funcionou direito. Aí engloba a parte técnica do curso que carece de investimento. (Aluno Polo Agudo)

Cabe ressaltar, que os municípios em questão apresentam, sobretudo, características rurais, portanto quando o entrevistado diz que as aulas na *web* não funcionaram direito. Isto pode acontecer pela baixa "velocidade" de conexão, seja nas residências ou nos polos ou também por falta de suporte técnico do NTE que não conta com um laboratório de audiovisual, dando pouco amparo técnico aos docentes das disciplinas para a realização de videoconferências, por exemplo.

Sobre essa experiência a professora A nos dá o seguinte depoimento

> Fiz algumas videoconferências, que tem uma conferência de transmissão simultânea, que eles pudessem me interpelar e é muito baixo o número dos que vão, que usam... tu abre assim o chat e eu sempre vou com os meus tutores e eles vão mandando as perguntas pro chat e eu vou dando aula. A média de comparecimento em cada vídeo conferência é 8. No entanto, quando tu posta a aula eles vêem inúmeras vezes, eles assistem. Não tem mesmo essa coisa só do diálogo, né? (Professora A)

Sobre a freqüência no polo, o entrevistado afirma que não freqüentou muito por falta de tempo, no máximo uma vez por mês e também porque se considera um autodidata.

Aliás, ser "autosuficiente", "autodidata" é um discurso bem presente na fala dos professores, tutores e alunos. O aluno precisa "correr" atrás, "quem quer consegue", e "quem não agüentou, desistiu", são frases comuns que demonstram a transposição da dimensão presencial para virtual e do rompimento do "binômio ensino-aprendizagem", direcionando o foco apenas para a segunda parte, sustentado assim pela "autoaprendizagem" (BARRETO, 2009:114)

Como percebemos em visita, o aluno considera o acervo da biblioteca deficiente. Os principais livros do curso, como os clássicos das ciências sociais não fazem parte da coleção, o que acarreta a impossibilidade de um estudo mais aprofundado, levando o aluno a ter como referência bibliográfica apenas os textos postados no *moodle* e a "apostila" da disciplina.

Ademais, os alunos reivindicam saber mais das informações sobre os eventos acadêmicos, congressos na área, pois as informações relativas a tais eventos não circulam neste espaço.

Uma das principais frentes de formação de um professor de sociologia ou ciências sociais é o estágio docente – ou de acordo com o currículo, o estágio curricular supervisionado. Contando que o aluno convive no espaço escolar desde o 4° semestre, é de suma importância que este seja realizado com o devido acompanhamento. Porém, o desenvolvimento dessa disciplina se restringe à observação, execução de aula, elaboração de relatório. O docente que ministra a disciplina não tem contato direto com o licenciando, não está presente na aula-teste e não tem contato com o professor da rede estadual, que é quem recebe este aluno. Fica a cargo deste professor da rede "orientar" o estagiário, sendo que não foi preparado para tal função.

Não há nenhuma disciplina específica que se reflita sobre o ensino de ciências sociais no ensino médio, bem como a elaboração coletiva de material didático, revisão bibliográfica das produções – como os livros didáticos já disponíveis no mercado.

O PPC do curso à distância se mostra otimista em relação à possibilidade de transposição da metodologia da educação convencional, diga-se, presencial para a "aquisição e operacionalização de metodologias inovadoras de ensino sustentadas por um aparato tecnológico de informação e comunicação". O que poderia representar "inovação" de licenciatura em ciências sociais, o que nos parece é a forma mais tradicional de se pensar a formação do professor de sociologia, inclusive porque a grande parte dos professores das licenciaturas não foram professores da rede básica, como já visto anteriormente.

Certa vez contaram com a presença da professora de sociologia da rede estadual – formada na área – que disse que não precisavam se preparar tão "metodicamente" para as aulas. O que é um grande engano, pois ser professor é ser didático, saber transpor o conteúdo teórico, é pensar na particularidade da turma, é estar em contato com as novas produções do saber. Não se preparar é reforçar e inclusive deslegitimar a disciplina que ainda está em processo de conquista de espaço no ambiente escolar.

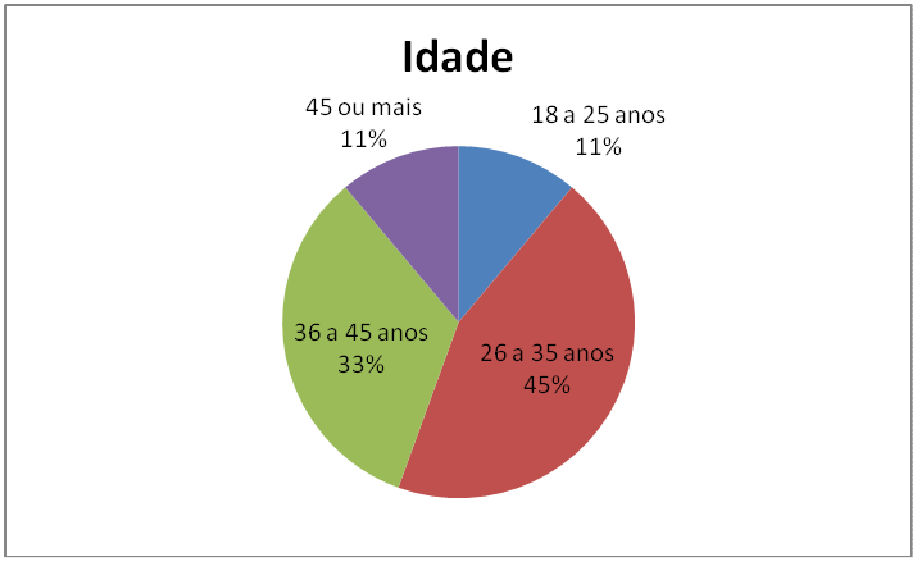
Sendo assim, há uma grande preocupação na formação deste aluno, uma vez que parece que ele sente uma ausência de diálogo muito grande sobre a teoria e a prática, como afirma o licenciando logo abaixo:

> Só tu lendo ali, não tem com quem conversar... aquela vivência escolar, né, da faculdade. Isto a gente não tem no ensino à distância. (...) Eu vejo que outros alunos têm muitas dificuldades. De querer entender. Muitos

> alunos passaram nas disciplinas e ficaram muitas coisas vagas. A gente conversa, um tenta ajudar o outro. (Aluno Polo Agudo)

Como já dissemos anteriormente, não conseguimos entrevistar a todos os estudantes do curso. Porém, para facilitar a compreensão de quem é o aluno EaD em Agudo, elaboramos um perfil geral que pode ser observado logo abaixo.

Gráfico 6 – Perfil Etário dos Alunos do Polo Agudo



Fonte: Secretaria Polo UAB/Agudo, 2013. Elaboração Própria.

A maioria dos alunos do curso está na faixa-etária de 26 a 35 anos (45%), nota-se que há uma grande parcela (33%) que tem entre 36 a 45 anos, sendo assim, os alunos do curso EaD, em geral, são mais velhos. Apenas dois alunos, (dos dezoito) têm entre 24 e 25 anos.

O curso é a segunda graduação para 8 alunos. Três já são bacharéis em Ciências Sociais (um deles tem Mestrado em Antropologia Social) e uma é mestre em Ciências Sociais, com formação em Educação Especial. Portanto, para quatro alunos, as Ciências Sociais já são um campo em que estudaram e provavelmente cursam a licenciatura para poder lecionar, uma vez que para prestar o concurso na rede estadual é preciso ter o diploma de licenciatura plena em Ciências Sociais. Infelizmente, não pudemos entrevistar esses alunos.

Os demais são formados em Pedagogia, Engenharia Ambiental e curso técnico em Agropecuária, Administração, Montagem e Manutenção de Computadores.

Fizemos uma tabela para demonstrar a ocupação dos licenciandos, os números em parênteses, representam a quantidade de alunos na devida ocupação:

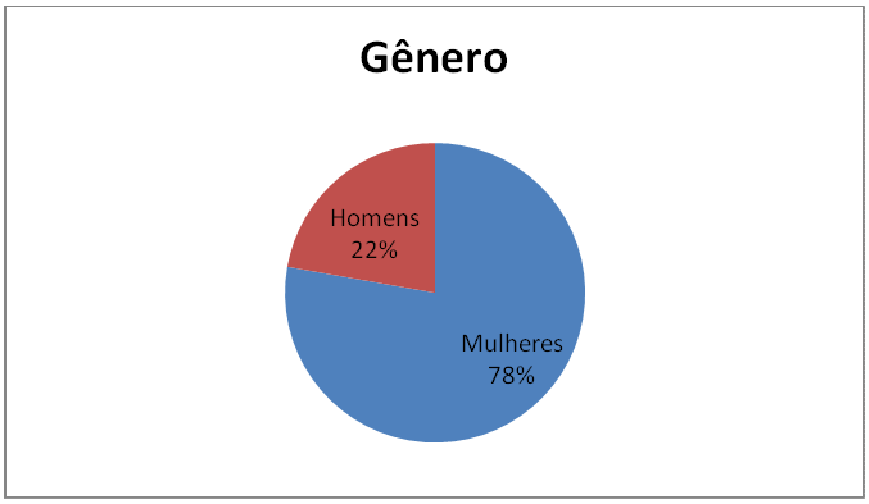
Tabela 11 – Ocupações dos Licenciandos do Polo Agudo

Gerente Administrativo	Empresária	Vereador
Funcionária Pública	Estudante **(3)**	Policial Militar
Engenheira	Professores/as **(4)**	Secretária Escolar
Dona de Casa **(2)**	Agricultora	Auxiliar Geral de Supermercado e Empresário

Fonte: Secretaria Polo UAB/Agudo, 2013. Elaboração Própria.

Percebemos – não somente no polo de Agudo, mas em Restinga Seca também – que a maioria de estudantes da licenciatura em Sociologia são mulheres (78%) como podemos ver no gráfico abaixo. Os alunos homens têm 24, 26, 28 e 31 anos.

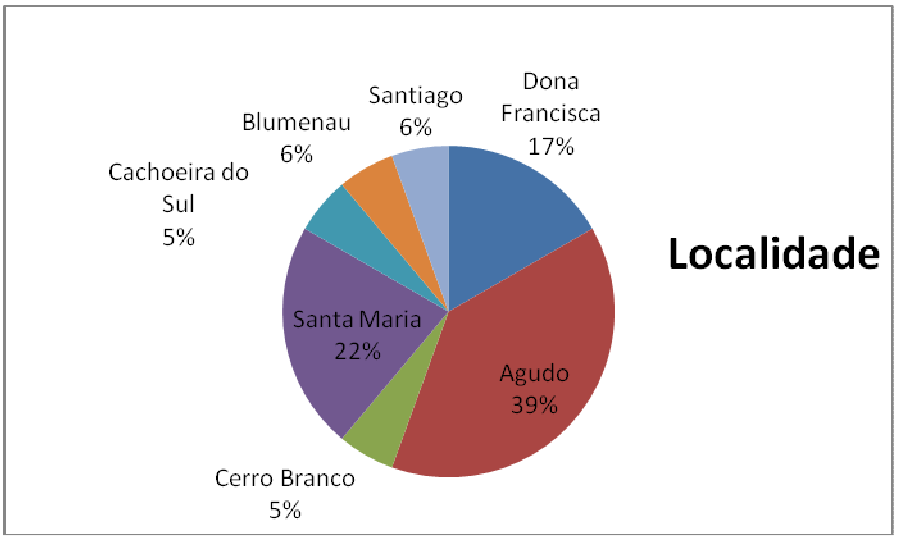
Gráfico7 – Gênero dos Licenciandos em Sociologia EaD /UFSM



Fonte: Secretaria Polo UAB/Agudo, 2013. Elaboração Própria.

Em relação ao município de residência dos alunos do pólo de Agudo, observamos que:

Gráfico 8 – Município de Residência dos Alunos do Polo Agudo



Fonte: Secretaria Polo UAB/Agudo, 2013. Elaboração Própria.

A maior parte dos licenciados mora em Agudo (39%) e uma parte expressiva, 22%, mora em Santa Maria. Nota-se que mesmo após a criação do curso presencial, estes (quatro alunos) não transferiram a matrícula, preferindo terminar a licenciatura na modalidade EaD.

3.3 Polo de Restinga Seca

O município de Restinga Seca está localizado na região Central do Rio Grande do Sul, a 59 quilômetros de Santa Maria e possui 16 mil habitantes.

O polo UAB de Restinga Seca foi criado em 2007, e atualmente oferece os cursos de Licenciatura em Matemática, Formação de Professores em Espanhol e Licenciatura em Educação no Campo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Licenciatura em Pedagogia (3 turmas em andamento), Letras Português – Literaturas, Licenciatura em Sociologia (2 turmas) e Bacharelado em Administração Pública (2 turmas) pela UFSM.

São oferecidos pela UFSM os cursos de pós-graduação (*latu sensu*): Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação (TIC), Gestão Pública Municipal, Gestão em Arquivos e Mídias na Educação.

Segundo informações no site do polo[29], atualmente são 349 alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação.

A coordenadora do polo de Restinga Seca é pedagoga com especialização em administração escolar; atua como professora de educação infantil (20h) e está na função de coordenadora desde o ano da adesão do município ao consórcio. Segundo uma mensagem dela no site da UAB/Restinga, o ensino a distância no município traz a possibilidade de uma formação de qualidade à população.

> Restinga Seca, pequena cidade de grandes sonhos. Sonhos que precisam ser acalentados, mas acima de tudo, buscados. Foi com esse pensamento que buscamos e acreditamos numa oportunidade a mais, para o povo restinguense: o ensino superior a distância, porém, com certeza, um ensino que buscará a qualidade. "Inserir no município, o conhecimento como base para o desenvolvimento", foi o objetivo que norteou nossas ações pois, sabemos que como seres humanos, tornamo-nos muito melhores quando aprendemos, quando construímos conhecimentos. Aprender, esta deve ser a nossa grande busca. É isto que queremos para quem vier buscar a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Restinga Seca, e que essa busca seja o grande passo para realizações pessoais e melhoria da qualidade de vida. Queremos cada vez mais como nos ensinava Paulo Freire – ousar ensinar para que muitos ousem aprender. Que a UAB tenha chegado para ficar, que abra novos caminhos para muitas pessoas e que possamos engrandecer este local de aprendizagem. (...) Que saibamos merecê-lo. (Coordenadora do Polo de Restinga Seca)

O polo está localizado na região central do município, num prédio locado especialmente para a sede da UAB em Restinga Seca. Além da coordenadora, que é bolsista da Capes/UAB e remunerada em R$ 1.100,00 por mês, o município contratou uma secretária, uma funcionária para trabalhar no laboratório de informática, uma bibliotecária[30] e uma auxiliar de serviços gerais. Portanto, o município é o mantenedor do polo UAB.

Todo início de curso há uma capacitação para que o aluno se ambiente no "mundo tecnológico". O tutor presencial também faz essa função, de dar um grande

[29] Podem ser verificados em http://www.uabrestingaseca.com.br

[30] A biblioteca municipal foi incorporada ao polo UAB de Restinga Seca, sendo assim, ela é aberta à toda comunidade.

suporte ao aluno que não está acostumado com computador, internet e ainda não conhece a plataforma *moodle.*

A tutora presencial também é formada em Pedagogia, trabalha em duas escolas de ensino infantil, acumulando duas matrículas de 20h, somadas às "16h" de tutoria. É importante ressaltar que no polo de Restinga Seca há duas turmas de licenciatura em Sociologia em andamento (ano de 2009 e 2011) e, portanto, atualmente ela tutoria as duas turmas, ganhando apenas uma bolsa por mês no valor de R$ 765,00.

Suas funções enquanto tutora são: auxiliar os alunos nas dificuldades em relação ao ambiente virtual; organizar as provas da turma, imprimindo-as; certas vezes faz cópias (*xerox*) dos materiais e disponibiliza aos alunos.

Na visita em que fizemos, tivemos contato com alunas do curso de 2011 e apenas uma aluna do ano de 2009. Em outro momento do trabalho de campo, na cidade de Santa Maria, pudemos entrevistar três alunos santa marienses da turma de 2009, que também estudam no polo de Restinga Seca. Portanto, foram quatro alunos entrevistados da turma de 2009 deste polo.

Cabe ressaltar que o perfil dos entrevistados é muito distinto.

A aluna de Restinga (aluna R) tem 25 anos, cursa a primeira graduação e foi a sua segunda tentativa de estudar na UFSM. Da primeira vez tentou um curso presencial, mas não conseguiu obter sucesso no vestibular. Quando seu pai ficou sabendo do vestibular para o curso de Sociologia EaD, ela viu como uma grande oportunidade de realizar seu sonho de entrar para a universidade pública. Inclusive, não acreditou que fosse conseguir passar no vestibular. Não escolheu licenciatura em Sociologia, escolheu estudar na UFSM.

Durante o curso, tentou desistir por duas vezes. Não conseguia entender o que era para fazer, não sabia como para escrever os textos, segundo a aluna, "não conseguia organizar as ideias". Perguntada sobre a importância da presença do professor no polo, ela diz que é:

> Muito importante porque às vezes a disciplina é complicada, é difícil e só com a presença dele você consegue clarear as idéias. Consegue compreender melhor a disciplina. (Aluna R)

Já os entrevistados de Santa Maria, dois deles são bem jovens, 21 e 22 anos (aluna J e aluno P) e só estudam, e a outra aluna tem 44 anos (aluna N). Todos eles afirmam que escolheram o curso EaD por achar que seria mais fácil e também por curiosidade, por ser algo novo; perceberam que ao longo do curso muitas pessoas foram desistindo. Afirmaram que a carga de leitura é muito grande, um deles afirma "viver" o curso de segunda a segunda.

> Não existe sábado, domingo e feriado para nós. Quando a gente tá tendo aula, é o semestre inteiro correndo, com vários prazos, tarefas, leituras, enfim. (Aluna A)

Em relação ao desenvolvimento do curso, os alunos disseram que não têm nada do que reclamar, porque reconhecem que foi uma nova experiência e que muita coisa foi mudando com o passar do tempo. Reafirmam a questão do mérito pessoal de terem conseguido chegar até o final do curso:

> A gente cursando, a gente vê que é bem profundo, tu aprende mesmo. A qualidade, o conhecimento... transforma aquela informação realmente em conhecimento, foi isso que eu observei. (Aluna N)

> A gente se identificou com o curso. A gente correu atrás, a gente buscou e a gente viu que o curso é bom. O curso vale a pena. (...) A crítica negativa é tudo de ruim que um curso a distância tem. A crítica mesmo é em função do que a modalidade deixa um pouco a desejar em determinados caminhos, como a aula com o professor. Se a gente tivesse um pouco mais de aula o nosso ensino ia melhorar bastante. (Aluno P)

> Os professores estão procurando cada vez mais ir pelo menos uma vez a cada polo no semestre. Coisa que no início não tinha tanto. Mas com o incentivo da coordenação começaram a ir bem mais. No semestre passado acho que todas as disciplinas foram lá e teve aula presencial. (Aluna J)

A ausência de aulas presenciais é uma reclamação recorrente, seja no polo de Agudo ou de Restinga. Ainda na entrevistas, uma aluna relata que enquanto foi

secretária do curso EaD, sabia que a orientação do NTE era a de que os professores não fizessem as viagens aos polos presenciais para dar aula, mas para aplicar a prova.

> Quando os professores vão para o polo, eles preferem que os professores vão para aplicar prova e não para dar aula em si. E os professores vão com a intenção de marcar viagem exatamente para dar aula, porque é um curso a distância, porque a gente tem essa necessidade de ter pelo menos uma aula presencial. E quando eu trabalhava na secretaria, eles [NTE] diziam exatamente isso que o recurso disponível pra viajar era para os professores apenas aplicar a prova, era preferencial para isso. (Aluna J)

Outro aluno, por ser estagiário no setor de Planejamento da universidade e ter acesso a dados importantes no que diz respeito às verbas da universidade, afirma o quão é difícil de dialogar com o coordenador do NTE, que se mostra uma pessoa fechada, especialmente no que diz respeito à liberação de recursos – como para os professores viajarem aos polos presenciais.

Segundo o aluno, não há como dizer que não existe dinheiro para disponibilizar aos professores para viajar e dar aulas presenciais já que o NTE é um dos "núcleos" da universidade onde mais se recebe recurso, portanto, os cursos EaD são bem amparados financeiramente. Inclusive, o aluno afirma que a receita da universidade é maior do que o município de Santa Maria.

Ainda em relação à questão de investimento nos cursos EaD, eles relatam o caso de uma tutora a distância que tentou realizar um projeto no polo presencial com o apoio do NTE, porém não foi autorizado o financiamento.

> Teve até uma tutora a distância que ela tava fazendo alguma coisa relacionada a fotografia e antropologia e ela queria fazer um projeto lá em Santana do Livramento, que é outro polo. Ela mandou toda documentação solicitando essa parte financeira lá pro NTE e ele não autorizou. (Aluna J)

Nos tópicos anteriores já tivemos a oportunidade de explorar mais essa questão: o que professores, alunos e coordenação esperam do curso EaD *versus* o que os gestores planejam e colocam em prática, sem abrir um espaço para diálogo e construção coletiva. Acreditamos que a fala dos alunos reforça ainda mais a necessidade de se repensar o

projeto de EaD na UFSM, exatamente por parte do NTE, uma vez que não tem correspondido às expectativas da maior parte dos envolvidos com o curso.

Sobre o desenvolvimento do curso, especialmente a particularidade de licenciatura EaD, dizem que os próprios professores direcionavam a formação de modo a diferenciar o bacharel do licenciando; no caso, quando cursavam as mesmas disciplinas, para o bacharel o resultado final era apresentar uma pesquisa de campo, para o licenciado, era apresentar um plano de aula. Como se um professor não pudesse desenvolver em suas aulas também a pesquisa de campo com seus alunos.

> P: A gente trabalhou bastante coisas do bacharel.
> J: Teve um certo esforço de alguns professores em voltar a nossa formação para o licenciado.
> P: É complicado esse tal de esforço, porque até um mesmo ponto chegavam da mesma maneira do bacharelado. Chegavam ali, em vez de fazer a pesquisa de campo, faz um plano de aula. Então, calma... não é por aí. (...) Falta didática para alguns professores. (Alunos P e J)
> J: É que tem professores que eles não tiveram Didática. E eles dizem isso pra nós.

Os alunos reproduzem que há de se ter uma formação diferenciada. De fato, a licenciatura exige a formação pedagógica/escolar do cientista social, inclusive para se pensar a "transposição didática" do conhecimento, no entanto, no campo das ciências sociais, acreditamos que não deveria existir essa diferenciação de formação para bacharéis e licenciandos.

Em relação às disciplinas de estágio, que foi realizado por dois alunos na mesma escola, os alunos observaram as aulas de Sociologia ministradas por professora licenciada em Filosofia:

> A nossa professora [que os recebeu na escola estadual] além dela ser formada em Filosofia, ela não era da escola, era de outra escola. Aí ela não tinha nenhuma noção de Sociologia, ela tirava diversas coisas da internet, nem via a fonte direito e passava para os alunos. Ela não colocava nada em discussão até porque ela mesma... [outro aluno fala: porque ela é muito senso comum] (Aluna J e aluno P).

Mesmo fazendo estágio na cidade de Santa Maria, o professor da disciplina "Estágio Curricular Supervisionado IV" não acompanhou os estágios dos licenciandos nas escolas estaduais. Portanto, não os avaliou presencialmente.

O método de avaliação, segundo os alunos, foi um relatório final elaborado pela professora da rede estadual e os relatórios e planos de aula que os próprios alunos postaram na plataforma.

> Embora tivesse um professor responsável por cada polo, ou seja, Restinga tinha só um professor e poucos alunos, acho que não chegava a 15 que estavam fazendo estágio. E mesmo assim, a única disponibilidade... na verdade era nós que íamos lá e falava com a professora, a gente não tinha esse auxílio. (aluna J)

> O único "controle" dele eram as memórias de aula e o plano de aula que a gente tinha que postar – toda semana - no ambiente pra ele observar. Eles podiam ter acompanhado mais de perto. (...) Podia ter entrado em contato por telefone, sei lá, dado um jeito de entrar em contato. Ele teve que confiar nos nossos relatórios e no relatório final do professor [da rede estadual] que dava a nota no final. (aluno P)

Os alunos afirmaram que nas disciplinas de estágio (I, II e III) um mesmo professor era responsável por todos os polos. No entanto, no estágio IV, cada professor ficou responsável por um polo. O professor que ministrou as aulas de estágio I a III, no IV, ficou com o polo de Restinga.

> Só que eu acho que os professores pareceram mais próximos dos outros polos, pelo que eu percebi [a aluna foi secretária do curso de licenciatura EaD]. Eu percebia que alguns professores eles tinham um vínculo mais próximo ao polo, talvez não tanto com os alunos, mas eles conversavam com o polo e viam o que estava acontecendo, se tava dando certo, um apoio maior. Talvez por Restinga ser mais próximo a Santa Maria, não teve tanto esse vínculo. (Aluna J)

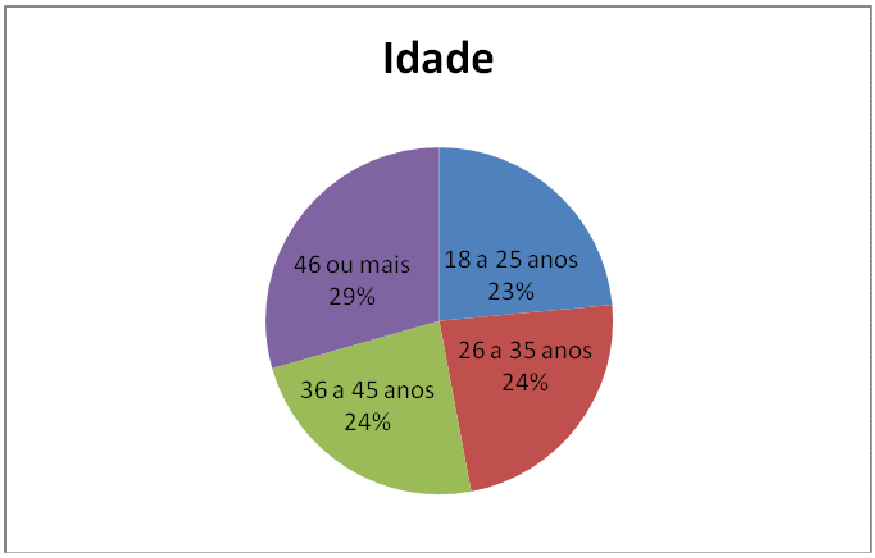
> Acho que não justifica, né [a distância]? Teria que ter mesmo, independente da distância até porque é um curso a distância, eles teriam que ter esse cuidado já. (Aluna N)

A aluna N não deseja ser professora de Sociologia, faz o curso porque trabalha em uma instituição religiosa, acredita que o conhecimento específico irá lhe ajudar. Uma das motivações para não ser professora é o salário pago ao professor da rede estadual.[31]

Já os alunos J e P, afirmaram que gostariam de ser professores, sendo que um deles pretende fazer outra graduação, provavelmente de Psicologia. Esses dois alunos foram os que informalmente receberam muitos elogios dos professores pelo desempenho que apresentam no curso, inclusive neste semestre participariam de um projeto de extensão – formação continuada de professores em "estudos de gênero" nas escolas estaduais.

Elaboramos um perfil dos licenciandos do polo de Restinga Seca. Logo abaixo, temos um gráfico no qual mostra que a faixa etária dos alunos é bem "equilibrada", porém destaca-se que 29% dos licenciandos têm 46 anos ou mais.

Gráfico 9 – Perfil Etário dos Alunos do Polo Restinga Seca



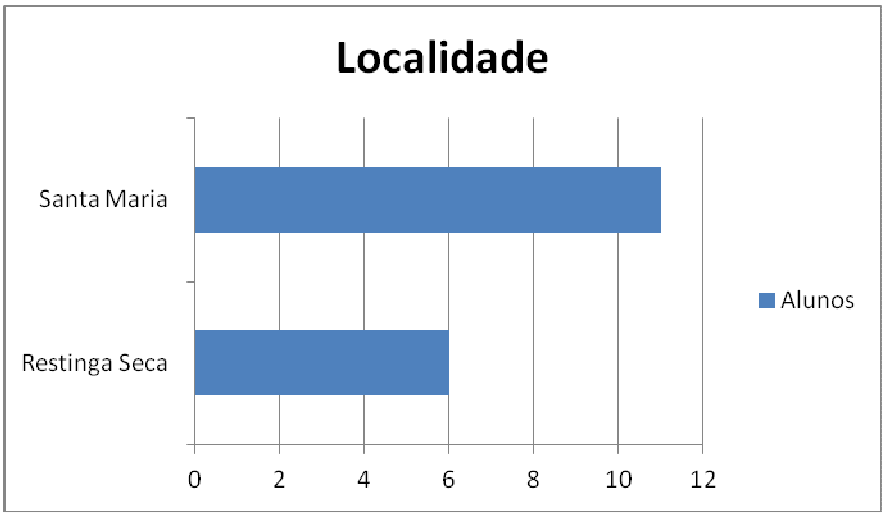
Fonte: Secretaria Polo UAB/Restinga Seca, 2013. Elaboração Própria.

Em termos numéricos, 4 alunos têm entre 18 a 25 anos; 4 alunos têm entre 26 a 35 anos; 4 alunos têm entre 35 a 46 anos; 5 alunos tem entre 46 ou mais anos.

[31] Durante o trabalho de campo, estavam abertas as inscrições para o concurso para professores da rede estadual do RS. Para o município de Santa Maria havia apenas uma vaga.

No gráfico abaixo, veremos que a maioria dos alunos (11) que estudam em Restinga Seca são de Santa Maria.

Gráfico 10 – Município de Residência dos Alunos do Polo Restinga Seca



Fonte: Secretaria Polo UAB/Restinga Seca, 2013. Elaboração Própria.

Esse número representa 64% de alunos em Restinga Seca moram em Santa Maria. O restante, 6 alunos, são do próprio município do polo, contrariando um dos maiores objetivos da UAB que é inserir a população que está distante das universidades presenciais, uma vez que a maior parcela de licenciandos é de Santa Maria.

Tabela 12 – Ocupações dos Licenciandos do Polo Restinga Seca

Professor (2)	Pedagoga	Técnica-administrativa	Aposentado
Secretária	Servidor Público (2)	Comerciante	Modista
Estudante (5)	Dentista Perita e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	Técnica Enfermagem	

Fonte: Secretaria Polo UAB/Restinga Seca, 2013. Elaboração Própria.

Vimos na tabela acima que 4 alunos têm curso superior, sendo que dois deles já são professores, uma é pedagoga e outra dentista e bacharel em ciências jurídicas e

sociais. Uma é técnica em Administração e outra em Enfermagem. Dos 17 alunos matriculados, onze tem apenas o ensino médio.

Em relação ao gênero, notamos a presença de 12 mulheres e 5 homens, ou seja, 70,5% dos licenciando EaD são mulheres no polo de Restinga Seca. Em ambos os polos, percebemos o alto índice de mulheres (acima de 70% dos alunos) cursando a licenciatura em Sociologia EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivamos fazer uma análise do projeto de expansão do ensino superior público por meio da criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo principal objetivo seria "democratizar" o acesso às universidades públicas brasileiras, com foco especialmente na formação de professores para atuação na rede básica.

Para tornar clara a compreensão deste sistema, escolhemos estudar o processo de criação e execução do curso de Licenciatura em Sociologia à distância na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este curso foi criado em 2009 em um contexto de obrigatoriedade da disciplina nos três anos do ensino médio, que certamente criou a necessidade de professores formados na área específica para atuação na rede básica.

Em nossa análise buscamos compreender através dos documentos normativos e das estratégias organizativas, como a criação de comissões, gt's de discussão e fórum, a trajetória de institucionalização do ensino à distância enquanto política educacional no Brasil. Notadamente, o EaD ganhou destaque nos últimos sete anos com a criação da UAB, porém consideramos como marco, o artigo 80° na LDB (1996), que dá ao poder público a legitimidade para incentivar e desenvolver programas de ensino à distância.

Diante desta realidade, buscamos compreender como se dá a particularidade da licenciatura em sociologia à distância. Percebemos o quanto esta política educacional é problemática, uma vez que a universidade à distância pressupõe outra concepção de universidade pública, centralizada na virtualidade, na precarização das relações de trabalho e de ensino.

A principal diferenciação de um curso de Licenciatura em Sociologia EaD e presencial, se dá na forma como ocorre o ensino e aprendizagem do aluno, o primeiro centralizado na metodologia virtual de ensino. As aulas ocorrem na plataforma *moodle*, que são focalizadas nas leituras do material didático produzido pelo próprio professor da

disciplina e por textos complementares disponibilizados *on line*. É dada muita importância à participação do aluno de forma escrita, quando este precisa "postar" as tarefas ou até mesmo "entrar em uma discussão" no fórum proposto pelo professor. Esta metodologia não facilita a aprendizagem do aluno em detrimento da "presencial", uma vez que está centralizada na leitura e escrita, não desenvolvendo outras possibilidades cognitivas dos alunos.

Em relação à estrutura curricular, ambos os cursos são idênticos. Embora o PPC afirme que a licenciatura seja um projeto "inovador" de ensino, percebemos que o curso não apresenta características novas na formação do professor de sociologia, como por exemplo, disciplinas que pretendam pensar e repensar o lugar da sociologia na escola. Percebemos, inclusive, certo preconceito em relação à formação do licenciado uma vez que este não elabora um trabalho de conclusão do curso, não é incentivado a fazer pesquisas nas próprias disciplinas cursadas – como disseram alunos – e não são envolvidos em pesquisas de iniciação científica. Ou seja, o tripé da universidade pública não é desenvolvido nos polos que oferecem o curso EaD.

Uma das particularidades do curso à distância na UFSM é a de que o curso é 100% a distância, ou seja, o professor não deve dar nenhuma aula presencial. Essa é uma indicação por parte do NTE - núcleo responsável pela administração e desenvolvimento dos cursos EaD na UFSM - que espera que o professor visite o polo presencial apenas para aplicar a prova presencial, esta obrigatória a todos os alunos. Em nossa pesquisa, vimos que é uma demanda dos alunos e professores que se tenha ao menos uma vez por semestre uma aula presencial, para tirar dúvidas, fazer questionamentos em relação à disciplina. A relação professor e aluno não é substituível pela tecnologia, embora seja encarada como no PPC e pela UAB como "revolucionária", é "fetichizada" no processo de ensino/aprendizagem.

Embora seja uma questão importante a demanda por aula presencial, percebemos também a grande carga de trabalho de um professor EaD. Este, que em geral, é docente da UFSM e já comprometido com as atribuições específicas do ensino, pesquisa e extensão (40h); se vê altamente sobrecarregado de atividades EaD tais como: elaboração de material didático, cumprimento de jornada de trabalho de 15h, orientação de tutores EaD e por ventura, atendimento (virtual) aos alunos EaD, além das visitas aos polos – 4 ou 5 municípios diferentes -, dependendo da turma (2009 ou 2011) em que este professor está ministrando o curso.

Vimos que além dos professores, parte importante do desenvolvimento do curso são os tutores presenciais e a distância. Os tutores presenciais, em sua totalidade não são formados na área das Ciências Sociais, sendo assim, exercem um papel limitado no processo de desenvolvimento acadêmico dos alunos. Atuam mais como "orientadores", com o calendário do curso, aplicando as provas presenciais, disponibilizando o material do curso na versão impressa. Segundo um de nossos professores entrevistados, quando um polo tem um tutor presencial incisivo, este colabora para o desenvolvimento dos alunos.

Já os tutores à distância são formados na área específica e são designados para atuarem diretamente no desenvolvimento acadêmico, dando o suporte teórico, tirando dúvidas, cobrando as atividades propostas e de acordo com a orientação do docente, corrigindo as avaliações.

Em relação à remuneração desses trabalhadores, todos eles são pagos com "bolsas" da Capes/UAB em valores diversos. Variam de R$ 765,00 a R$ 1.500, sendo que tutores e professores não recebem doze ou seis meses ao ano, mas quatro a oito meses (bolsas). Não há pagamento de hora extra, férias, décimo terceiro, por exemplo. Os coordenadores de curso e tutoria são os únicos que recebem os doze meses de bolsa.

Inclusive, caso o professor da disciplina desenvolva o respectivo material didático, a UAB paga-lhe a bolsa de "pesquisador-conteudista", no valor de R$ 1.300, porém esta remuneração acontece apenas uma vez por disciplina. Isto que dizer que se o professor voltar a dar a disciplina em outro momento e tiver a intenção de revisar o material didático, não será remunerado mais uma vez; ainda que outro professor queira trabalhar a disciplina em perspectiva teórica diversa. Logo, o professor tem a sua liberdade de cátedra ferida, uma vez que este material é considerado como a base da aprendizagem do licenciando e o docente não será remunerado para elaborar um novo material. Esta é uma perspectiva incoerente com o livre exercício de pensamento e de magistério.

A UAB é um projeto de expansão da universidade pública à regiões distantes dos grandes centros urbanos, no entanto, há dois polos presenciais instalados em dois municípios a 70 km e 59 km respectivamente de Santa Maria: Agudo e Restinga Seca. Foram estes selecionados para a pesquisa de campo. No total são oito polos presenciais localizados no interior do estado do RS e um em Foz do Iguaçu (PR), entre 59 a 671 km de distância de Santa Maria.

O polo presencial é o local onde o aluno tem as aulas presenciais, provas; é o local que pode utilizar para estudar ou acessar a internet e onde atua o tutor presencial. Os polos presenciais são estruturados pelos próprios municípios, que arcam com os gastos de manutenção e de pessoal, porém quem o coordena é a "coordenadora de polo", escolhida por processo seletivo e bolsista Capes/UAB.

Em ambos os polos encontramos uma boa estrutura, com salas de informática, salas de aula, auditório para webconferências e também bibliotecas. No entanto, tratando-se de um "campus descentralizado" da UFSM, as bibliotecas não correspondem à necessidade de um aluno de graduação em ciências sociais; foram encontrados pouquíssimos títulos, sendo que, por exemplo, os clássicos da sociologia, Marx, Weber e Durkheim, não foram encontrados. É essencial para a formação de um professor que os polos sejam bem equipados com livros, inclusive didáticos.

Em um curso de licenciatura, um dos principais momentos é a experiência do estágio curricular supervisionado. Na UFSM, isso acontece desde o 4º semestre, o que é muito positivo. Porém, em entrevista, vimos que o estágio não é acompanhado pelo professor da disciplina, mas sim pelo professor da rede estadual. Diante de uma problemática que assola o ensino de sociologia nas redes estaduais do país, neste caso, no RS, onde professores de outras disciplinas ocupam as vagas destinadas aos professores com formação plena; os licenciandos em geral fizeram o estágio com professores formados em História, Filosofia, Pedagogia. Algo que consideramos grave, uma vez que nos parece que o aluno não tem uma orientação adequada seja pela UFSM, nem pelo professor da rede.

Nesta fase de formação, o licenciando deve refletir e praticar a "transposição didática", praticar a elaboração de materiais. Parece-nos que é focalizado na disciplina de estágio a observação das aulas na escola e a escrita de relatórios, inclusive, quem os avalia no final da disciplina - na prova de aula - é o professor da rede estadual. Para pensar em licenciatura, em formação de professores a distância, é preciso reavaliar práticas como estas que não colaboram para a melhoria do ensino básico, uma vez que os licenciandos se vêem sem uma orientação adequada nesta parte tão imprescindível do curso.

Em relação ao outro objetivo do curso de licenciatura EaD, seja ele, inclusão da população pauperizada e do interior, percebemos que o curso parece não conseguir atender ao público que ingressa na universidade. Das 398 vagas disponibilizadas nas

turmas de 2009 e 2011, hoje são 199 matriculados, ou seja, 50% das vagas estão ociosas.

Um dos grandes desafios (ou limites) do curso é a manutenção desses alunos, já que apenas 35 alunos se formarão ao final do curso, de 60 inscritos em 2009 nos dois polos. Se o projeto é democratizar e ampliar o acesso, ainda que possamos e devemos questionar o que representa o ensino à distância no ensino superior, há de se pensar que existe uma quantidade grande de vagas ociosas justamente por ser um curso repleto de dificuldades para o licenciando (e por que não para os professores envolvidos também?) e que a tecnologia não dá cabo de superar. A universidade deve estar aberta a todos e todas, inclusive para trabalhar as diferenças educacionais e sociais que lhes batem à porta, como no caso EaD.

Ao final deste ano, teremos no polo de Agudo 18 licenciados em sociologia e em Restinga Seca, 17. É um número significativo de professores para a região, no entanto, recairemos no ciclo vicioso das vagas na rede estadual para sociologia que estão ocupadas por professores de outras disciplinas. Sem a alocação adequada e abertura de concursos que possa suprir a real carência de professores, haverá professores "plenos" desempregados.

Em relação ao perfil que fizemos dos alunos nos polos, vimos que cada um tem a sua especificidade. Em Agudo, a maior parte dos alunos 46% tem entre 26 e 35 anos, diferentemente de Restinga Seca, onde praticamente não há preponderância de nenhuma faixa etária, 29% têm 46 anos ou mais. De toda forma, há uma grande parcela dos estudantes com mais de 26 anos retomando os estudos através do ensino a distância. Não necessariamente retornam à universidade com a perspectiva de ser professor, mas como vimos nas entrevistas, seja porque foi a única chance de entrar para um curso superior público, ter diploma ou por curiosidade pela metodologia EaD.

Em Agudo 39% dos estudantes são do próprio município e 22% são de Santa Maria. Em Restinga Seca, 64% dos alunos são de Santa Maria, cidade bem próxima ao município do polo. Esses dados colocam em questão o caráter "democratizante" do acesso ao ensino superior pela população do interior.

Há alguns alunos já formados em Ciências Sociais (três bacharéis e uma mestre) e que provavelmente buscaram a licenciatura para poder ter a habilitação específica; infelizmente não conseguimos entrevistá-los durante o campo. Dos 35 alunos dos dois polos, apenas 6 já são professores em exercício e 8 dedicam-se apenas aos estudos.

Certamente, o presente trabalho não conseguiu abarcar todas as questões propostas, como o levantamento do número de egressos nas licenciaturas em ciências sociais nas universidades gaúchas, com o objetivo de compreender o mercado de trabalho para o professor de sociologia no RS. Conseguimos fazer um levantamento dos cursos de licenciatura (presencial e à distância) oferecidos e percebemos que atualmente existem dez cursos de licenciatura em ciências sociais em todo o RS, sendo que 4 deles são em instituições públicas; nove universidades oferecem cursos presenciais e duas oferecem à distância – estes, atingindo ao todo 29 municípios. Consideramos que seja um número razoável de licenciandos em formação no Estado.

Com isso, procuramos contribuir com alguns apontamentos para a discussão repleta de contradições sobre uma nova forma de se formar professores de sociologia em um Estado onde há uma grande parcela de professores formados em diversas áreas lecionando a disciplina em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Raquel. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Revista Educação e Sociedade**, v.31, n. 113, out/dez, p. 1299-1318, Campinas, 2010.

_____. **Discursos, tecnologias, educação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n°2.494, de 10 de fevereiro de 1998**.Dispõe sobre a regulamentação do art. 80 da LDB. Brasília, 1998a.

_____. **Decreto n°2.561, de 27 de abril de 1998**.Trata da alteração da redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n°2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília, 1998b.

_____. **Decreto n°5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005a.

_____. **Decreto n°5.800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006.

_____. **Decreto n°6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, 2009.

_____. **Lei n°9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação básica nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005**, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos. Brasília, 2005b.

_____. **Lei n°11.684, de 02 de junho de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação básica nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia no Ensino Médio como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008.

_____. CAPES. **Encontro Reúne Coordenadores do Sistema UAB para discussões e apresentação do Balanço 2012**. Disponível em http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=216:encontro-reune-coordenadores-do-sistema-uab-para-discussoes-e-apresentacao-do-balanco-de-2012&catid=1:noticia&Itemid=7. Acesso em 06 de março de 2013.

_____. CAPES. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. Disponível em<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em 01 de julho de 2013.

_____. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n°09, de 14 de abril de 2000**. Altera o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2000.

_____. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n°1.641, de 07 de agosto de 2003**.Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.

_____. Grupo de Trabalho Interministerial. **Relatório**. Brasília, 2003.

_____.Ministério da Educação. Comissão Assessora para a Educação a Distância. **Relatório**. Brasília, agosto, 2002.

_____. Ministério da Educação. Fórum das Estatais pela Educação. **Universidade Aberta do Brasil – Diálogo para a Cidadania e Inclusão**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2010**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n°15, de 01 de junho de 1998**.Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998c.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n° 38, de 07 de julho de 2006.** Institui a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio em todo território nacional. Brasília, 2006b.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n°03 de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998d.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n°04, de 16 de agosto de 2006.** Institui a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio em todo território nacional. Brasília, 2006c.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n°2.253, de 18 de outubro de 2001**. Trata da oferta de disciplinas pelas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino que, em seu todo ou em parte, utilizem método não-presencial. Brasília, 2001a.

_____. **Lei n°10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001b.

_____. Universidade Aberta do Brasil. **NEAD/UESPI realiza capacitação sobre utilização das linguagens das TICs em EaD**. Disponível em:<http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=221:neaduespi-realiza-capacitacao-sobre-utilizacao-das-linguagens-das-tics-emead&catid=1:noticia&Itemid=7>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

CUNHA, Carmen Freitas. A função social do professor: concepções em conflito. **Revista Trabalho Necessário**, ano 10, n° 15, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KUENZER, Acácia. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrante. **Revista Educação e Sociedade**, ano XX, n°68, Dezembro/99, p.163-183.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In*: **Os anos Lula – Contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

_____. Educação Superior Minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. **Cadernos de Texto do 32° Encontro Nacional dos Estudantes de Direito**. São Paulo, 2011, p. 03-13.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Revista Tempo Social (USP)**, v. 15, n. 01, abril, 2003. p.05-20.

MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul: desafios de formação docente e de metodologia de ensino**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 2007.

MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena (orgs). **O Ensino de Sociologia no RS – Repensando o lugar da Sociologia.** Porto Alegre: Evangraf, LAVIECS, 2013.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PEREIRA, Luiza Helena. **A luta dos sociólogos pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio.** In: Pereira, Luiza Helena; Meirelles, Mauro; Raizer, Leandro. (Org.). O Ensino da Sociologia no RS. Porto Alegre: EVANGRAD, 2013, p.13-34.

_____. **Por uma sociologia da sociologia no ensino médio**. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Luiza Helena e AMARAL, Jonathan Henriques do. A Sociologia no Ensino Médio em Porto Alegre – RS. **Revista UNOPAR**. Cient., Ciênc. Human. Educac., Londrina, v.11, n.1. Junho, 2010. p.15-22.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer n°322/2007**. Manifesta-se sobre a inclusão obrigatória de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio, a partir do início do ano letivo de 2008, no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2007.

RODRIGUES, Cinthia. Rio Grande do Sul vai Mudar Ensino Médio. *In:* **Portal Último Segundo**. Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/rio-grande-do-sul-vai-mudar-ensino-medio/n1597263040987.html. Acesso em 01 de julho de 2013.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. **Ampliação do Acesso ao Ensino Superior no Governo Lula: tenuidade entre democratização e privatização**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SANTOS, Marcio Dias. **A sociologia no ensino médio**. O que pensam os professores da rede pública do distrito federal. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2002.

SAVIANI, Demerval. Florestan Fernandes e a Educação. **Revista Estudos Avançados**, volume 10, n. 26, jan/abril, 1996.

SILVA, Ileizi Fiorelli. O **ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas**.Coleção Explorando o ensino. Editora MEC, 2010.

SILVA, Ileizi Fiorelli et al. **O ensino das ciências sociais: mapeamento do debate em periódicos das ciências sociais e da educação de 1940-2001**. Anais do XII Congresso Nacional de Sociólogos. Curitiba, 1 a 4 de abril. Resumo (texto integral mimeo),2002.

SOUZA, Dileno; SILVA JR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças. **Educação a distância – diferentes abordagens críticas.** São Paulo: Editora Xamã, 2010.

TAKAHASHI, Fabio. MEC vai propor a fusão de disciplinas do Ensino Médio. *In:***Folha Online**. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/educacao/1138074-mec-vai-propor-a-fusao-de-disciplinas-do-ensino-medio.shtml. Acesso em 01 de julho de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Sociologia à distância**. Santa Maria, s/d.

ZUIN, Antônio A. S. Educação a distância ou educação distante? O programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n.96 – Especial, out. 2006. p. 935-954.

_____. O Plano Nacional de Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 31, n.112, jul-set, 2010. p. 961-980.